



DIÁRIO



República Federativa do Brasil  
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX — Nº 9

TERÇA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 18ª SESSÃO, EM 24 DE JANEIRO DE 1994

##### 1.1 — ABERTURA 1.2 — EXPEDIENTE

###### 1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 42, de 1994 (nº 51/94, na origem), de 21 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1994, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994.

###### 1.2.2 — Avisos de Ministros de Estado

— Nºs 28 e 34/94, de 19 do corrente, dos Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 1.125 e 1.408, de 1993, de autoria dos Senadores Gilberto Miranda e João Rocha, respectivamente.

###### 1.2.3 — Ofício

— Nº 15, de 21 de janeiro de 1994, da Liderança do PFL, de indicação e substituição de membros, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

###### 1.2.4 — Requerimentos

— Nº 25, de 1994, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando autorização para se afastar dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 28 do corrente mês.

— Nº 26, de 1994, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando autorização para aceitar missão no exterior no período de 24 a 31 do corrente.

— Nº 27, de 1994, de autoria do Senador Rachid Saldaña Derzi, solicitando autorização para ausentarse dos trabalhos da Casa nos dias 5, 10 a 14, 17 a 20 de janeiro do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 28, de 1994, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerada como licença, sua ausência dos trabalhos da Casa, no dia 23 de dezembro próximo passado. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 29, de 1994, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerada como licença, sua ausência dos trabalhos da Casa, no dia 7 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

###### 1.2.5 — Comunicações da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 6 a 13, de 1994, sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.

— Recebimento da Mensagem nº 41, de 1994 (nº 44/94, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica sua ausência do País no dia 22 último, a fim de encontrar-se na cidade de Leticia, República da Colômbia, com o Presidente César Gaviria Trujillo, e inaugurar a Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

###### 1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Críticas à política econômica brasileira.

OSR. PRESIDENTE — Rebatendo notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*, edição de hoje, intitulada Senador nem imagina uma absolvição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Contestando noticiários de que o PT teria participado de acordo inviabilizando a quebra do sigilo bancário da Deputada Roseana Sarney. Ofício recebido dos empregados da Petrofértil, apelando às autoridades competentes no sentido de assegurar-lhes o emprego, tendo em vista decisão do Conselho da empresa de demitir praticamente todo o quadro.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
Diretor-Geral do Senado Federal  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo  
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA  
Diretor Administrativo  
LUIZ CARLOS BASTOS  
Diretor Industrial  
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder — Reali-  
zação, ontem, da Convenção Regional do PTB — Partido  
Trabalhista Brasileiro, em Belo Horizonte-MG.

SENADOR ELCIO ALVARES — Comunicando ha-  
ver atendido convite presidencial para assumir o Ministério  
da Indústria, Comércio e Turismo. Solidariedade reafir-  
mada ao Senhor Itamar Franco, Presidente da República.

## 1.2.7 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1994, de autoria  
do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a respon-  
sabilidade da empresa na promoção da saúde de seus em-  
pregados e dá outras providências.

## 1.2.8 — Requerimentos

— Nº 30 e 31, de 1994, de autoria do Senador Jutahy  
Magalhães, solicitando aos Ministérios das Minas e Energia  
e da Agricultura, informações que menciona.

— Nº 32, de 1994, de autoria do Senador Irapuan  
Costa Júnior, solicitando remessa a determinada comissão  
de matéria despachada a outra.

## 1.2.9 — Comunicações da Presidência

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da  
Medida Provisória nº 413, de 19 de janeiro de 1994, que  
dispõe sobre o reajuste das mensalidades escolares, no  
mês de agosto de 1993; designação da Comissão Mista  
e fixação de calendário para tramitação da matéria.

Dispensada a Ordem do Dia nos termos do art. 174  
do Regimento Interno.

Adiamento da apreciação dos Requerimentos nºs 25  
e 26/94, lidos na presente sessão.

## 1.2.10 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Solicitando  
da Presidência seja reiterado pedido de informações ao  
Ministério da Fazenda, em requerimento de novembro.

SENADOR ÁUREO MELLO — Conspirata contra  
a Zona Franca de Manaus através de propostas revisionais  
visando sua extinção.

SENADOR JOÃO FRANÇA — Colocações sobre  
o aumento abusivo de impostos.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Emenda  
revisional, de autoria de S.Exa., ao art. 37 da Constituição  
Federal, que trata da administração pública.

SENADOR MARCO MACIEL — Desenvolvimento  
da indústria automobilística no Estado de Pernambuco.

1.2.11 — Designação da Ordem do Dia da próxima  
sessão

## 1.3 — ENCERRAMENTO

## 2 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 10 a 12, de 1994

## 3 — MESA DIRETORA

## 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANEN-  
TES

## Ata da 18ª Sessão, em 24 de janeiro de 1994

## 10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs: Humberto Lucena, Chagas Rodrigues, Beni Veras e Valmir Campelo

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS  
SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Beni Veras — Chagas Rodrigues — Elcio  
Álvares — Epitácio Cafeteira — Francisco Rolemberg — Gilberto

Miranda — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João Rocha —  
José Eduardo Vieira — Marco Maciel — Mauro Benevides — Meira  
Filho — Nabor Júnior — Pedro Teixeira — Rachid Saldanha Derzi —  
Ronaldo Aragão.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:*

Nº 42, de 1994 (nº 51/94 na origem), de 21 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1994, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994.

### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 28 e 34/94, de 19 do corrente, dos Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 1.125 e 1.408, de 1993, de autoria dos Senadores Gilberto Miranda e João Rocha, respectivamente.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

### Programme of arrangements

**Senator Esperidiano AMIN**  
**Federal Senator for the State of Santa Catarina**

accompanied by

**Senhora Angela AMIN**  
**Federal Deputy for the State of Santa Catarina**

**Florianópolis, Santa Catarina**

**BRAZIL**

Of. GL PFL N° 15/94

Brasília, 21 de janeiro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, a fim de indicar os nomes abaixo relacionados dos ilustres Senadores que preencherão as vagas ora existentes e pertencentes ao PFL, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

**Titulares** — Lourival Baptista e Francisco Rollemberg (por cessão)

**Suplente** — Guilherme Palmeira

2. Outrossim, indico o nome do nobre Senador Hugo Napoleão para substituir-me, como suplente, na referida Comissão Técnica.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Senador Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência designa os nobres Srs. Senadores Lourival Baptista e Francisco Rollemberg para integrarem, como titulares, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e os nobres Srs. Senadores Guilherme Palmeira e Hugo Napoleão como suplentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO N° 25/94

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, alínea a, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 28 do corrente mês, quando estarei, a convite do Governo da Inglaterra, em viagem àquele País, conforme cópia do programa, em anexo.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 1994. — Senador Esperidiano Amin.

**Accompanied by an interpreter****Programme Organisor**

Fiona McAdam  
Overseas Visitors Section  
Information Department  
Foreign and Commonwealth Office  
London SW1A 2AH

Direct Line: 071-210 2362/60

OV1/2885 (BRB 1-1-0)

**23 January****ARRIVAL**

1.220

Arrive on Varig Brazilian Airlines flight RG 756 from São Paulo.

Met by Ms Nadia Kerechuk, Interpreter, Overseas Visitors Section, Information Department, Foreign and Commonwealth Office, and continue by car to the Goring Hotel, 15 Beeston Place, Grosvenor Gardens, London SW1 (tel: 071-396 9000), where accommodation has been reserved.

**Monday 24 January****PROGRAMME DISCUSSION  
PRESS COMPLAINTS COMMISSION  
ADAM SMITH INSTITUTE  
DEPARTMENT OF HEALTH  
NATIONAL UNION OF JOURNALISTS**

1015

Met at the hotel by Miss Fiona McAdam, Overseas Visitors Section, Information Department, Foreign and Commonwealth Office, who will discuss the programme arrangements.

1045

Leave the hotel by car with Ms Kerechuk who will accompany Senator and Senhora Amin to their appointments.

1115

Arrive at the Press Complaints Commission, 1 Salisbury Square, EC4.

Met by Ms Sue Roberts, Deputy Director.

1215

Leave Salisbury Square by car.

1245 for 1300

Arrive at the Rodin Restaurant, 4 Millbank, SW1.

Joined for lunch by Dr Eamonn Butler, Director, and Mr Paul Reynolds, International Director, Adam Smith Institute.

1420 approx Leave Millbank by car.

1430 Arrive at the Department of Health, Richmond House, Whitehall, SW1.

Met by Dr W J Burroughs, Head, International Relations Unit.

1530 Leave Whitehall by car.

1600 Arrive at the National Union of Journalists, Acorn House, 314-320 Gray's Inn Road, WC1.

Met by Mr Jacob Ecclestone, Deputy General Secretary.

1700 approx Leave Gray's Inn Road by car for return to the hotel.

Tuesday 25 January

HM TREASURY  
CLERK OF HOUSE OF COMMONS TREASURY AND CIVIL SERVICE COMMITTEE  
LUNCH ENGAGEMENT  
PRIME MINISTER'S QUESTION TIME  
HOUSE OF COMMONS DEBATE  
CLERK OF STANDING COMMITTEES

0945 Leave the hotel.

1000 Arrive at HM Treasury, Parliament Street, SW1.

Met by Mr Harry Bush, Head, Nationalised Industry Policy and Privatisation Division.

1100 Leave Parliament Street.

1115 Arrive at 7 Millbank, SW1.

Met by Mr Bill Proctor, Clerk, House of Commons Treasury and Civil Service Committee.

1215 Leave Millbank.

1230 for 1245 Arrive at the Houses of Parliament, Westminster, SW1, (St Stephen's Entrance).

Continue to Terrace Bar for pre-lunch refreshments.

1300 Lunch in the Churchill Room with Mr Jacques Arnold, MP, Chairman, All-Party Brazilian Group.

A member of the Opposition will also be present (name to be advised).

1425

The Speaker's Procession.

1430

View proceedings in the House of Commons.

1515-1530

Prime Minister's Question Time.

1530-1630

Finance Bill Debate.

1630

Met in the Central Lobby by Dr Malcolm Jack, Clerk of Standing Committees.

1715 approx

Leave the Houses of Parliament for return to the hotel.

Wednesday 26 January

INSTITUTE OF PUBLIC POLICY RESEARCH  
CONFEDERATION OF BRITISH INDUSTRY  
LUNCH ENGAGEMENT  
DEPARTMENT OF EDUCATION

0940

Leave the hotel by car.

1000

Arrive at the Institute for Public Policy Research, 30 32 Southampton Street, WC2.

Met by Mr James Cornford, Director.

1100 approx

Leave Southampton Street by car.

1130

Arrive at the Confederation of British Industry, Centre Point, 103 New Oxford Street, WC1.

1230

Leave New Oxford Street by car.

1245 for 1300

It is hoped that a lunch can be arranged with a representative from British Telecommunications plc.

1445

Arrive at the Department of Education, Sanctuary Buildings, Great Smith Street, SW1.

A briefing on education is being arranged. (Details of participants to follow).

1545 approx

Leave Great Smith Street by car for return to the hotel.

Thursday 27 January

OFFICE OF PUBLIC SERVICE AND SCIENCE  
DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY  
FOREIGN OFFICE LUNCH  
NEWSPAPER PUBLISHER'S ASSOCIATION

0915

Leave the hotel by car.

0930

Arrive at the Office of Public Service and Science, Horseguards Road, SW1.

Met by Miss Sonia Phippard, Head, Next Steps Unit.

1030

Leave Whitehall by car.

1045

Arrive at the Department of Trade and Industry, 151 Buckingham Palace Road, SW1. Met by Mr Neil McMillan, Head, Branch 1, Ms Sue Bishop, Principal, Telecommunications and Posts Division, and Mr John Neilson, Head of Telecommunications Policy.

1145

Leave Buckingham Palace Road by car for return to the hotel.

1300

Arrive at the Auberge de Provence Restaurant, 41 Buckingham Gate, SW1.

Joined for lunch by Mr John Penney, Assistant Director and Head, American American, Research and Analysis Department, and Mr David Dewberry, Head of Brazil/Andean Section, Latin American Department.

Later

Leave Buckingham Gate by car.

1530

Arrive at the Newspaper Publisher's Association Ltd., 34 Southwark Bridge Road, SE1.

Met by Mr David Pollock, Director.

1630

Leave Southwark Bridge Road for return to the hotel.

Friday 28 January

OFFICE OF TELECOMMUNICATIONS  
LONDON - OXFORD  
OXFORD - LONDON

0900

Leave the hotel by car.

0930

Arrive at the Office of Telecommunications, 50 Ludgate Hill, EC4.

Met by Mr William Wigglesworth, Deputy Director General, and Mr Peter Goold, Head of International Affairs Section.

1030 approx

Leave Ludgate Hill by car for Oxford.

It is hoped that a visit to the Latin American Centre at St Antony's College, can be arranged followed by a briefing on the introduction of competition for government funding at university level.

Programme details to follow.

Later

Leave Oxford by car for return to London.

Saturday 29 January

FREE

Sunday 30 January

DEPARTURE

1945 Leave the hotel by car (with luggage).

2045 approx Arrive at London Heathrow Airport, Terminal 3.

2200 Depart on Varig Brazilian Airways flight RG 757 to São Paulo.

#### REQUERIMENTO N° 26/94

Requeiro autorização para participar do IV "Encontro Latino-Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Paz e pela Vida dos Povos", a realizar-se em Santiago de Cuba, nos dias 24 a 31, do mês em curso, tudo em conformidade com o Regimento Interno da Casa.

N. Teremos

P. Deferimento.

Brasília, 21 de janeiro de 1994. — Senador Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 40, § 4º, do Regimento Interno, esses requerimentos serão submetidos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetidos à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO N° 27, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, seja considerada como licença autorizada, a minha ausência dos trabalhos da Casa nos dias 5, 10 a 14, 17 a 20 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 1994. — Senador **Rachid Saldanha Derzi**.

#### REQUERIMENTO N° 28, DE 1994

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença,

minha ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 23 de dezembro próximo passado, quando estive cumprindo roteiro de viagem no interior do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 1994. — Senador **Espiridão Amin**.

#### REQUERIMENTO N° 29, DE 1994

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença, minha ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 7 do corrente mês, quando estive participando de reunião com o Exmº Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, tratando de sugestões para resolução que versa sobre rolagem da dívida dos Estados.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 1994. — Senador **Espiridão Amin**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Encerrou-se, no dia 20 do corrente, o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Resolução:

Nº 6, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), destinados a obras de infra-estrutura urbana naquela municipalidade;

Nº 7, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor total de CR\$8.398.288,70 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES;

Nº 8, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (PR) a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S. A. — BANESTADO, no valor de CR\$18.000.000,00 (dezento milhões de cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana;

Nº 9, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Salgado Filho (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais), utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

Nº 10, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$10.451.351,00 (dez milhões, quatrocentos e cinqüenta e um mil, trezentos e cinqüenta e um cruzeiros reais), a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDOPIMES;

Nº 11, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Constantina (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor total de CR\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES;

Nº 12, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de Farol (PR) a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana; e

Nº 13, de 1994, que autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar acordo de reescalonamento dos créditos brasileiros junto à República da Guiné-Bissau no valor de US\$12.364.852,43 originários de operações de crédito à exportação realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento às Exportações — FINEX.

Os projetos não receberam emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 41, de 1994 (nº 44/94, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica sua ausência do País no dia 22 último, a fim de encontrar-se na cidade de Letícia, República da Colômbia, com o Presidente César Gaviria Trujillo, e inaugurar a Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 41, DE 1994  
(Nº 44/94, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,  
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que

me ausentarei do País no dia 22 de janeiro de 1994 para encontrar-me na cidade de Letícia, República da Colômbia, com o Presidente da Colômbia, César Gaviria Trujillo, e inaugurar Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

A proposta de criação da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia foi consignada na Declaração Conjunta firmada em 3 de setembro de 1991, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente César Gaviria Trujillo.

No dia 26 de novembro de 1993, por ocasião da visita oficial do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Bogotá, foi firmado o Memorando de Entendimento que cria a Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

A Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana tem por objetivo coordenar os esforços dos dois países para a solução dos problemas comuns das comunidades, fronteiriças, em particular dos municípios de Tabatinga e Letícia, na Colômbia, promovendo o desenvolvimento econômico e o bem-estar das populações locais. As delegações designadas por cada Governo às reuniões da Comissão incluirão representantes do setor público, entre os quais se encontrarão autoridades dos Estados e Municípios vizinhos, e do setor privado.

Brasília, 20 de janeiro de 1994. — **Itamar Franco.**

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: em novembro do ano passado, em artigo publicado pelo *Correio Braziliense* e em discurso pronunciado da tribuna do Senado, afirmei que o meu primeiro compromisso ético e, portanto, para comigo mesmo, situando-me no mundo, diante do "OUTRO", ou seja, do cidadão, dos Senadores, de qualquer Congressista, de qualquer componente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento, a que pertenci, é e será sempre, sem dúvida alguma, com a verdade, em que creio, à vista da prova examinada, pela minha razão livre, sempre sujeita a erros, porque humana.

Renovo o que disse, para que não parem dúvidas a respeito de minhas posições, que espero sejam sempre transparentes. Meu espírito estará em uma eterna abertura em busca da verdade, que é o caminho e a vida parlamentar em qualquer momento de seu evolver histórico, quer seja, especialmente, na posição de membro que fui da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, que tantos males revelou à Nação sobre a nossa classe política, a qual precisa fazer um esforço enorme para se redimir perante a opinião do povo.

E isso, pelas mãos sadias que sobraram nessa refrega, pois o povo estará, daqui para a frente, de dedo em riste, sempre pronto para apontar aqueles que não querem sanar os vícios institucionais ou comportamentais, quaisquer que eles sejam, pois todos eles têm um nome só: CORRUPÇÃO!

Nenhum interesse político-eleitoreiro, nenhum outro interesse deveria ter penetrado os umbrais da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, a não ser a busca da verdade sobre a corrupção, na manipulação do Orçamento.

E se não fossem os pulsos fortes do ilustre Presidente Jarbas Passarinho e de seus companheiros de Mesa na condução dos trabalhos, aquela Comissão teria sido transformada em um palco eleitoreiro ou campo de batalha, em que a pugna eleitoral teria juncado seus caminhos de mortos e feridos, sem que se pouasse sequer a honra dos honrados, em sacrifício à busca de candidaturas que todos vêem, todos cheiram e apalpam.

Soltas ao vento as penas da calúnia, quem há de buscá-las de volta para abafá-las? Para alcançar seus fins, todos os meios foram usados, obedientes alguns às lições de Maquiavel e, com requintes de perversidade, foram usadas as lições de Lenine e do diabólico Béria.

Entre nós, fizeram praça seus discípulos, aproveitando-se dos ventos liberais e "liberalóides" na imprensa, na CPI do Orçamento e na Tribuna do Senado.

Sou político, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com meus pés plantados em cima das coordenadas geo-históricas em que vivemos — hoje, aqui, Brasil — procurando não deixar que me contaminem os desvalores que invadem nossa cultura e que precisam ser encontrados, repensados e extirpados já, se não quisermos presenciar, bem breve, uma luta fratricida manchar a nossa história.

Abramos as nossas mentes para repensar o Brasil. Seria bom que os ilustres Relatores, que dirigem a Revisão Constitucional, rasgassem os "tumores cancerosos" que contaminam nossas instituições, com coragem de estadistas, pois a verdade é que eles são, no momento histórico que estamos vivendo, a cópia dos "País da Pátria" da Constituição americana, ou de "Sélys" da Assembleia francesa.

É preciso que tenham a alma aberta e muita coragem para conter o capitalismo selvagem e a sanha dos banqueiros, que aí estão às vistas, com seus lobbies, para mutilar as conquistas já feitas por nossa Constituição e adquirir gulosos privilégios, que são a raiz e a causa de quase todos os males que afetam a nossa economia.

Tenham a mesma coragem, secundada pelos gritos de aflição de João Paulo II, profligando a exploração, a violência e a arrogância a que chegamos com as diversas formas de capitalismo selvagem, que aqui tem o nome de neoliberalismo. "Na raiz de muitos dos sérios problemas sociais humanos que afligem a Europa e o mundo, hoje se encontram as manifestações distorcidas do capitalismo", afirmou João Paulo II.

Com a mesma coragem que ataco aqueles que pretendem transformar a Comissão Parlamentar de Inquérito em um palco, em que foram pedidas cabeças de tantos homens justos só por motivos de sua incontestável liderança política, defendi e defendi aqueles em quem não encontrei culpa.

Cumprimento efusivamente o Deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil, Relator da Subcomissão de Política Monetária, encarregado de apresentar sugestões à execução do natimorto Plano Fernando Henrique Cardoso, plataforma política do candidato de Itamar à Presidência da República, pela sua entrevista de domingo, 16 de janeiro, ao *Correio Braziliense*.

Abjuro essa política "liberalóide", retórica e demagógica de Fernando Henrique, que é só feita de promessas sedimentadas em uma mitologia econômica de um "capitalismo dito democrático", que tem seus filósofos oficiais encarregados de defender seus ídolos estabelecidos, em que a economia de mercado é o Júpiter do Olimpo capitalista, em torno de quem giram deuses e ninhas menores, tudo a serviço do sistema financeiro internacional e dos subsistemas dos países submis-

sos a ele, entre os quais, confessadamente, estamos nós. Um crime de lesa-pátria a merecer uma CPI!

Toda nossa política econômica está submissa a esse sistema. Não temos mais soberania e, breve, não teremos mais moeda. Tudo será feito devagar e sorrateiramente: o dólar terá o nome de URV. Se tudo der certo, Fernando Henrique será candidato a Presidente da República. Mas o Plano FHC não dará certo, graças a Deus! Só se os banqueiros e os oligopólios, de conluio, manipularem os preços para baixo, para depois nos entregarem de vez a esta loucura a que o povo assiste calado: o Brasil virou colônia de banqueiros, pagando-lhes 50% de juros ao mês. E dizem que não é isto que faz a inflação. Alegam que é a lei do mercado e o excesso de dinheiro que anda sobrando nos bolsos dos brasileiros.

Não vai dar certo, Sr. Fernando Henrique, e seu sonho será apenas mais um crime que se cometeu contra o povo brasileiro. Um social-democrata-cristão irá nos governar, se Deus quiser, e, então, a economia será apenas uma parte, embora importante, dos problemas do Brasil, que está querendo crescer, embora a equipe de Fernando Henrique não o permita, porque o que importa é pagar 50% de juros ao mês, quase 2% ao dia, aos 150 homens privilegiados, antes, denominados pelo povo de banqueiros, mas hoje passou simplesmente a chamá-los com seu nome próprio: agiotas!

Claro que há banqueiros que são homens de bem, que gostariam de voltar a fazer o seu papel. Mas a maioria venceu e as normas econômicas, monetárias e financeiras foram feitas pela equipe "liberalóide" que nos governa, e é com elas que o Brasil está sendo governado - e eles, os bons banqueiros, naturalmente, não sendo santos, vão seguindo a maré.

**O Sr. Epitácio Cafeteira** — Senador Pedro Teixeira, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Epitácio Cafeteira** — Senador Pedro Teixeira, há quatro dias fiz um pronunciamento na Casa com as mesmas recriminações que V. Ex<sup>a</sup> faz. Hoje, li na revista *IstoÉ* uma notícia sobre essa loucura que o Governo está cometendo, de desvalorizar o cruzeiro real de forma mais acelerada. Na realidade, o mercado paralelo do dólar representa a lei da oferta e da procura, ou seja, é normal. Quando o dólar comercial passa a valer mais do que o dólar paralelo é porque está havendo, por parte do Governo, o desejo de aumentar o preço do dólar comercial, para, assim, facilitar a exportação de alimentos e aumentar a nossa reserva cambial, que hoje já alcança a cifra astronómica de trinta e dois bilhões de dólares. Dizia hoje a *IstoÉ*, num canto de página, num comentário, que há empresário brasileiro que está colocando como doação maquinário que está importando. Com isso, ele ganha dos dois lados: primeiro, ele não paga imposto; segundo, ele paga com o dólar paralelo, que é mais barato do que o oficial. Ou seja, estamos facilitando o contrabando, tornando difícil para o cidadão se alimentar, porque estamos aumentando o preço dos seus alimentos; mas estamos melhorando a vida de muita gente, mas de muita gente que tem dinheiro. Essa é a situação que estamos atravessando. Quem tem dinheiro vai ter cada vez mais, inclusive vai deixar de produzir para aplicar seus recursos no mercado financeiro, porque há sempre uma retribuição um pouco maior do que a desvalorização; e, por outro lado, para quem deve, há o aumento do débito, o que vai levar muitas pessoas à loucura, porque ninguém pode pagar os juros que os bancos estão cobrando no Brasil hoje. Os bancos são, juntamente com o Governo Federal,

os grandes beneficiários da inflação. Enquanto isso, ficamos pensando quando é que teremos a URV, se vamos tê-la, se ela será calculada pela média ou pelo pico. Enquanto o tempo corre e muita gente aumenta o seu patrimônio, o trabalhador, aquele que deve, caminha para a loucura, para o desespero. Dizia eu, naquele meu pronunciamento, que temos hoje uma coisa apenas que faz com que possamos dormir - não com tranquilidade - com menos pessimismo: é que vai haver uma eleição no dia 3 de outubro. Então há esperança de que as coisas possam mudar, e de que, mudando, essa forma desumana de tratamento do trabalhador brasileiro mude. Quero congratular-me com V. Ex<sup>e</sup> pelo tema do seu pronunciamento, porque, na realidade, é a isso que nós devemos nos ater, para ver se sensibilizamos o Governo, que está protelando sempre a tomada de medidas para segurar a inflação, que até hoje não baixou um milésimo, pelo contrário, todo mês aumenta. Será que o Presidente Itamar Franco vai entregar o Governo já na maxiinflação, uma inflação que estará tão desenfreada que não se poderá retornar a uma posição melhor? Queremos fazer um mercado na América do Sul, o MERCOSUL, mas como poderemos fazê-lo se os países com os quais pretendemos fazer parceria não têm a inflação que nós temos? Então não há sentido. Acho que seria um MERCOSUL muito ecumônico, entre países que não têm inflação e um país que tem inflação de mais de 40% ao mês. Quero dizer a V. Ex<sup>e</sup> que continuo ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento, porque ele é atualíssimo. Este é o grande problema do Brasil; ou nós o resolvemos, ou sucumbiremos todos.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — Nobre Senador Epitacio Cafeteira, lamentavelmente, absorvido pelos misteres da CPI do Orçamento, não tive o privilégio de incluir-me entre aqueles que ouviram o pronunciamento sintetizado por V. Ex<sup>e</sup> nessa sua brilhante intervenção. Prometo que realmente vou buscá-lo nos Anais desta Casa.

Com o que V. Ex<sup>e</sup> falou concordo em gênero, número e grau. Apenas sou um pouco cético quando V. Ex<sup>e</sup> fala em esperança. Penso que essa esperança é mais um balão de ensaio, porque os planos financeiros e econômicos que estão aí anunciamos têm uma visão muito curta e não poderão sobreviver. E vão gerar ilusões, talvez manobras e artifícios, com um outro caráter que não o de solucionar efetivamente a problemática. Mas temos que ficar alertando, para que pelo menos possa surgir uma clareira em que as coisas sejam estudadas mais seriamente.

Penso que a inflação vai subir como um foguete, e o Brasil terá parado no tempo, com a recessão, a pobreza e a miséria de 30 milhões de brasileiros, que nem contam para nossa economia, porque estão morrendo de fome à espera de um Tigre que acredite que podemos ter nossa moeda forte, lastreada em nossas riquezas, muito maiores do que as de qualquer Tigre Asiático, inclusive o Japão, que renasceu das cinzas acreditando na força do seu povo.

Há de aparecer aquele que tenha lido a principal lição de Eugênio Gudin, quando afirmou, várias vezes, que "havendo fatores da produção em disponibilidade, emita-se". O que não se pode fazer é emitir mais do que isso, como há mais de dois séculos e meio fez o banqueiro Law. O que não se deve emitir são papéis para a ciranda financeira, para não pagar depois, como está acontecendo com os TDAs. Moe da podre! Uma vergonha para a honra do Brasil!

Por tudo isto tenho que cumprimentar o Deputado Aldo Rebelo, do PC do B, que defendeu o controle dos preços e a "jaula para os remarcadores dos oligopólios".

A solução, numa economia de guerra, é o controle de preços, pois a verdade é que estamos em guerra: os consumidores, a imensa maioria de brasileiros, de um lado, contra, primeiramente, os banqueiros, e, em seguida, os oligopólios, que ainda não enxergaram que eles também sofrem nas mãos desses agiotas, que, aliás, os estão envolvendo, comprando suas ações. Em breve, tudo será deles!

Depois de um seríssimo estudo dos "abusos" das remarcacões (verificados, nervosamente, pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso), seriam esses abusos tipificados ou transformados pelos penalistas em crimes severos de lesa-pátria, de genocídio, pois esse "liberaloidismo" já matou mais brasileiros que a guerra da Coréia. As penas não seriam de reclusão, mas de confisco, de altíssimas multas, de proibição de comerciar, de presidir, de dirigir ou de possuir ações de bancos ou empresas onde os crimes foram perpetrados. Isso, para penalizar o assalto, já feito no passado e que está sendo feito, no presente, no bolso do povo, com a conivência dos que estão no poder real, sob o pátio do "liberaloidismo", empurrando com a barriga o Presidente Itamar Franco, que gostaria de baixar os juros - mas o Ministro Fernando Henrique Cardoso não deixa.

Na guerra, como na guerra, até que os fatos nos mostrem que nossa cultura mudou.

Cumprimento o Deputado Aldo Rebelo, do PC do B, e volto a dizer que, nestes tempos ecumênicos, eu, um social-democrata-cristão, estou sempre aberto para rever minhas posições, desde que fatos provados me mostrem que eu esteja errado, e estou sempre disposto a desembainhar minha espada para defender os injustiçados, onde quer que estejam, no meu Partido ou fora dele.

Por isso, digo que está de parabéns o Relator da Subcomissão de Política Monetária quando afirma, no que toca à moratória da dívida externa, que a questão das transferências externas tem de ser revista.

É a posição de Tancredo Neves, que sustentou várias vezes: "A dívida externa tem de ser paga; tudo o que devemos deve ser pago, mas só o que devemos, desde que sem o sacrifício de um só dos brasileiros".

Esta é a posição do Deputado Aldo Rebelo, de Tancredo Neves e também a minha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, diante de matéria publicada no **Correio Braziliense** de hoje, leio, para conhecimento do Plenário, a seguinte carta:

"Brasília, 24 de janeiro de 1994.

Senhor Diretor de Redação,

Surpreendido com a notícia publicada na edição de hoje desse conceituado jornal, sob o título "Senador nem imagina uma absolvição", onde se lê que "o Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB — PB), disse que nem de longe acredita na possibilidade de absolvição dos parlamentares relacionados na lista de cassações da CPI do Orçamento", cumpro o dever de

desmentir, categoricamente, essa passagem do referido noticiário.

O que afirmei foi que, tão logo recebesse oficialmente o relatório, levaria ao conhecimento do Plenário e reuniria a Comissão Diretora para examinarmos os aspectos pétineantes ao Senado e que o encaminharia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para as providências cabíveis quanto aos Senadores, porventura, incriminados.

Enfatizei, ademais, o amplo direito de defesa assegurado aos acusados.

E, por fim, anunciei que ia providenciar a eleição do Corregedor do Senado, criado no ano passado, através de projeto de resolução de minha autoria e, bem assim, que não haveria corporativismo no julgamento.

Antecipo meus agradecimentos pela publicação do inteiro teor desta carta.

Cordialmente,

Senador Humberto Lucena

Presidente do Senado Federal

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Coneedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** — (PT — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estarei ausente, amanhã, da reunião de Líderes convocada por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado, para tratar da questão das Comissões Parlamentares de Inquérito, em virtude de viagem que realizarei de Manaus a Santarém, acompanhando o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores em parte da viagem que fará Luiz Inácio Lula da Silva, pelo rio Amazonas, de Manaus a Belém, no período de 25 de janeiro a 5 de fevereiro.

Gostaria de adiantar o que será exposto pelo Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados, Deputado José Fortunati. Somos favoráveis — aliás, esta é uma decisão inclusive do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, mas respaldada na recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento — a que se instale de pronto a Comissão Parlamentar de Inquérito das Empreiteiras.

Consideramos que se trata da continuidade, importante e necessária, do trabalho tão significativo realizado pela CPI do Orçamento. As eventuais falhas, especialmente no que diz respeito ao processo de influência das construtoras civis pesadas em nosso País junto ao Parlamento, junto ao Executivo, quanto à forma de decidir a destinação do recurso público, serão devidamente apuradas por esta nova CPI.

Também somos a favor da instalação da CPI referente à questão do PT e da CUT, bem como da CPI sobre o relacionamento dos partidos políticos com as entidades sindicais — tanto patronais, quanto de trabalhadores — e com as empresas privadas e sobre o processo de financiamento de todos os partidos políticos nas eleições de 1988, 1989, 1990 e 1992.

Se, porventura, tivermos que dar prioridade a uma determinada CPI em relação às demais, acreditamos que a CPI das Empreiteiras deva ser primeiramente instalada.

Sr. Presidente, queremos dizer, como Líder e Representante do PT no Senado Federal, que não temos qualquer óbice quanto à instalação, de pronto, da CPI do PT e da CUT. No entanto, avaliamos que deveria ser também instalada a CPI sobre o financiamento das campanhas de todos os partidos políticos, bem como o seu relacionamento com as entidades citadas.

Acreditamos também, Sr. Presidente, que seria natural que houvesse a fusão da CPI do PT e CUT com a CPI sobre o financiamento de todas as campanhas políticas.

Gostaria de salientar que considero um avanço notável a apuração feita pela CPI do Orçamento dos esquemas das empresas de intermediação, das subvenções sociais e das empreiteiras. Houve falhas que impediram, no tempo exíguo, uma averiguação mais profunda para que se conseguissem evidências claras de envolvimento de algumas pessoas, seja no âmbito dos representantes das empresas ou daqueles agentes corruptores, seja no âmbito de alguns parlamentares ou mesmo de pessoas do Executivo.

Essas falhas, entretanto, poderão ser corrigidas por um trabalho responsável e isento, capaz de enfrentar pressões de toda natureza. Esse trabalho deverá prosseguir tanto pelo Congresso Nacional, por suas duas Casas, quanto pelo Ministério Público e pela Receita Federal.

O fato de a Comissão Parlamentar de Inquérito ter indicado nomes para melhor averiguação não significa que foram necessariamente isentados. O Relator, Deputado Roberto Magalhães, apesar da recomendação de algumas das Subcomissões, não teve a convicção de culpabilidade de certos parlamentares, então encaminhou os nomes para que a Corregedoria de ambas as Casas pudesse realizar melhor averiguação. Há que se garantir nessa fase um nível de apuração tão ou mais rigoroso da CPI do Orçamento. Não cabe justificativa em sentido contrário.

O Deputado Fernando Lyra disse, há poucos dias, que talvez não tivesse os mesmos instrumentos que a CPI do Orçamento para realizar investigação tão completa. Por que não cabe essa justificativa? Primeiro, porque o sigilo fiscal e bancário dos envolvidos já foi quebrado; segundo, porque a Corregedoria poderá solicitar que as equipes que tanto colaboraram com a CPI continuem a assessorá-la; e, agora, com mais tempo e menor número de envolvidos, poderá se chegar a evidências mais conclusivas.

Há Parlamentares que foram investigados e responderam satisfatoriamente pelo menos até o presente momento, as dúvidas suscitadas, sendo por isso inocentados. Há outros, entretanto, sobre os quais restam dúvidas, apesar de até o momento não terem sido encontradas evidências de procedimentos ilícitos.

Ora, justamente a CPI das Empreiteiras, cuja instalação ocorrerá nos próximos dias, terá as condições necessárias para aprofundar investigações que deixaram de ser realizadas a contento.

Há que se esclarecer certos episódios que foram analisados com evidente má-fé por parte de alguns. Em primeiro lugar, não houve qualquer acordo entre o Partido dos Trabalhadores — e muito menos entre este Senador — e quem quer que seja, para que não fosse quebrado o sigilo das contas da Deputada Roseana Sarney, em troca de não se permitir a CPI da CUT e do PT ou qualquer outra coisa.

A versão propalada e reiterada pelo Deputado Luiz Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, refere-se a uma versão, contada com má-fé, de fatos que não foram inteiramente revelados. É preciso salientar aqui que os Deputados Luiz Salomão, Pedro Pavão e Moroni Torgan haviam ido ao Nordeste em missão de diligência, designados pelo Presidente da CPI, Senador Jarbas Passarinho. Lá estando, resolveram, em especial o Deputado Luiz Salomão, ir até Timon, onde conversaram com o Prefeito daquela localidade a respeito de obras da Ponte da Amizade, entre o Estado do Piauí e o Estado

do Maranhão. Chegando aqui, o Deputado Luiz Salomão avaliou que teria havido certas irregularidades na obra, pois um volume significativo de recursos havia sido liberado, e praticamente apenas a infra-estrutura da obra fora iniciada e estava longe de estar sendo completada. Pelo que se podia ver nas fotos por ele apresentadas, o que havia sido realizado não condizia com os recursos liberados. A obra era realizada com recursos do Governo Federal, liberados para o Governo Estadual e Prefeituras. O Prefeito de Timon havia relatado procedimentos avaliados como irregulares, que eram da responsabilidade da Prefeitura anterior e também do Governador anterior.

Segundo a Subcomissão de Emendas, diversos Parlamentares haviam feito indicações de emendas para aquela obra. Na tarde em que discutimos o assunto, diversos Parlamentares, não-membros da Subcomissão de Emendas, estiveram presentes para pressionar, mas houve por bem o Deputado Sigmaringa Seixas solicitar a todos que deixassem a sala. Quando o Deputado Luiz Salomão apresentou a proposição para que a Subcomissão de Emendas apresentasse à CPI requerimento conjunto de quebra do sigilo bancário e fiscal da Deputada Roseana Sarney, houve Parlamentares que estranharam o fato. Por que não estaria S. Ex<sup>e</sup> solicitando a quebra do sigilo bancário de todos os Parlamentares que haviam apresentado emendas para a denominada Ponte da Amizade? Por que não fez qualquer referência ao ex-Governador, hoje Senador, Epitácio Cafeteira? Talvez S. Ex<sup>e</sup> possa até prestar esclarecimentos, já que conhece mais o episódio do que eu próprio.

A época, a maior parte dos Parlamentares, salvo o Deputado Luiz Salomão, indagou a razão pela qual o requerimento de quebra de sigilo não se referia a todas as pessoas que eventualmente tivessem responsabilidade sobre o fato, mas apenas àquela Parlamentar. Já haviam todos se pronunciado contrariamente à quebra do sigilo bancário, porque pareceu uma atitude simplesmente contrária a um parlamentar e a um partido, quando eu disse ao Deputado Luiz Salomão: "Se V. Ex<sup>e</sup> tiver, de fato, elementos que justifiquem a quebra do sigilo bancário e fiscal da Deputada Roseana Sarney e a sua convocação perante a CPI, deveria reuni-los aos que aqui foram apresentados nesta tarde". Eu me dispus inclusive a verificar, com ele, se haveria mais elementos.

O Deputado Luiz Salomão, então, resolveu retirar-se da Comissão de Subemendas e não apresentar o requerimento na CPI. Só alguns dias depois, foi divulgado o relatório sobre a Construtora Norberto Odebrecht. Não se tinha notícia, ainda, das referências ali feitas. O Deputado Luiz Salomão não levou, para aquela reunião, a análise das emendas que a Deputada Roseana Sarney tinha apresentado.

Quero aqui reiterar que constitui atitude de má-fé, por parte de qualquer parlamentar, jornalista ou de quem quer que seja, dizer que houve qualquer procedimento de barganha por parte do Partido dos Trabalhadores.

**O Sr. Epitácio Cafeteira** — V. Ex<sup>e</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPILY** — Com muita honra, nobre Senador Epitácio Cafeteira.

**O Sr. Epitácio Cafeteira** — Nobre Senador Eduardo Supilic, ainda no ano de 1993, V. Ex<sup>e</sup> estava na tribuna tratando de um assunto que, absolutamente, não dizia respeito a mim, mas, em uma das assertivas que fez, disse o meu nome. Hoje, V. Ex<sup>e</sup> repete o ato: cita o meu nome em um assunto dessa espécie. Tive o cuidado de não ir à CPI depois de sua instalação. A única vez em que fui à CPI foi para solicitar que

não deixassem que fossem para o arquivo as propostas apresentadas pelos Parlamentares em 1993 e que deveriam vigorar em 1994. Foi uma questão de foro íntimo. Eu até aprecio os Colegas que têm condições de assistir, de participar. Não aprecio muito aqueles que ficam escondidos ali para fazer uma pergunta de algibeira, para tentar aparecer, como Kojak, como Sherlock Holmes, e, com isso, ganhar pontos na imprensa. Então, por isso, não me envolvi. Do Maranhão, vários nomes foram citados. Houve algumas propostas de cassação, mas, em nenhum momento, participei sequer das reuniões públicas, o que seria normal. Muita gente ia para essas reuniões, mas eu não fui nem às reuniões públicas. Até aprecio muito quando o Presidente da Casa indicou meu nome para Observador do Brasil junto à Missão da ONU. Fui muito menos pela viagem e muito mais para ficar longe de tudo o que se passava aqui. De forma que também não estou entendendo o fato de V. Ex<sup>e</sup> citar o meu nome. Não fui à Comissão, não reclamei se houve ou se não houve acordo, não tratei desse assunto; portanto, gostaria que ele fosse encerrado sem que meu nome fosse mencionado. Quero dizer que V. Ex<sup>e</sup>, no afã de justificar o seu Partido, chama à colação o meu nome, quando não tenho nada com isso. Na realidade, se o PT deve explicações, não as deve ao Cafeteira, porque o Cafeteira não reivindicou, não reivindica, nem reivindicará que qualquer parlamentar seja colocado na relação dos cassados ou dos que devem ter sigilo bancário quebrado. Na realidade, todos sabemos que o sigilo bancário não quer dizer nada. Num País onde todo mundo tenta segurar a sua propriedade comprando ativos financeiros mais sólidos do que o cruzeiro real, só quem não sabe como defender o seu patrimônio é que deixa dinheiro em conta corrente. Todo mundo tem dólar, todos sabem disso. Então, pergunto: Como é que vão examinar o patrimônio de alguém com a quebra do sigilo bancário de cruzeiro real? Então, eu gostaria de, neste aparte, deixar bem claro isso: não procurei sequer acompanhar o andamento da CPI. Acho que o Brasil ficou muito feliz com a CPI. Não fosse o açoitamento de apresentar um produto acabado, talvez o Brasil ficasse mais satisfeito, porque, então, não haveria a necessidade de haver a continuidade da investigação. A CPI tinha que dar um produto acabado, recomendando a cassação de alguns, inocentando outros. Não existe meio termo. Quem julga não encontra meio termo. V. Ex<sup>e</sup>, mencionando meu nome e me levando a fazer este breve — ou demorado, pois para V. Ex<sup>e</sup> está sendo demorado — aparte, impele-me a fazer uma crítica à CPI, que eu não queria fazer. Sei que a exigência de um resultado imediato dependeu mais da imprensa do que dos seus membros, e esse resultado imediato foi ruim para uns e bom para outros. Isso é o que vamos constatar nas várias investigações que virão por aí. Agora, uma coisa é certa, nobre Senador Eduardo Supilic, essa CPI trouxe prejuízos muito sérios para a instituição e para alguns políticos, que, mesmo não tendo sido condenados pela CPI, tiveram o seu nome veiculado na imprensa. Muita gente tomou conhecimento de que o parlamentar fulano de tal fez um depoimento, mas não acompanhou, no dia seguinte, se ele se saiu bem ou mal, tendo ficado aquela dúvida. Não pode haver essa dúvida sobre o caráter de um homem público. O homem público tem de ser como um cristal, não pode ter arranhões, porque perderá muito o seu valor. Nesse ponto, muitos parlamentares sofreram essa crueldade. Talvez tenha sido por isso que não fui à CPI, porque me preocupa ter algum envolvimento em qualquer coisa que, de certa forma, injustamente possa ferir a dignidade de quem quer que seja.

Não há aqui uma condenação aos que participaram, porque o fizeram em decorrência da defesa da própria instituição. É verdade que muitos se notabilizaram pela pergunta de alguma, para destruir o parlamentar e fazer com que o inquiridor se postasse como um grande homem público, um grande investigador. Feito este aparte, apenas para registrar, pediria a V. Ex<sup>a</sup>, à — eu, que sou um assíduo freqüentador do plenário — que não se louvasse da minha presença aqui para sempre citar meu nome em seus pronunciamentos. V. Ex<sup>a</sup>, que era aquele que fazia a primeira pergunta para os depoentes, nunca me viu assistindo àquelas oitivas — como chamava o nobre Senador Jarbas Passarinho — nem às reuniões públicas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — V. Ex<sup>a</sup>, Senador Epitacio Cafeteira, sabe que, com muito respeito, procurei até pedir que V. Ex<sup>a</sup> estivesse ouvindo a minha explanação, exatamente para esclarecer que, naquela tarde em que o Deputado Luiz Salomão solicitou a quebra do sigilo bancário apenas da Deputada Roseana Sarney, pareceu aos membros daquela Subcomissão de Emendas algo simplesmente discriminatório, sobre um projeto que V. Ex<sup>a</sup> conhece melhor do que eu.

Por essa razão, mencionei que seria importante que V. Ex<sup>a</sup> ouvisse, porque, segundo o que foi explicado, o projeto da denominada Ponte da Amizade, entre o Maranhão e o Piauí, foi iniciado durante o tempo em que V. Ex<sup>a</sup> era Governador do Estado do Maranhão. Apenas por esta razão é que...

**O Sr. Epitácio Cafeteira** — Se o assunto foi sobre esse projeto — pensei que V. Ex<sup>a</sup> estava falando sobre quebra de sigilo bancário —, gostaria de deixar claro uma coisa, se V. Ex<sup>a</sup> me permite: a Ponte da Amizade foi um convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal de Timon. Quem contratou e fez a concorrência foi essa Prefeitura. O Estado foi chamado para o evento apenas como um participante, cuja função era receber o dinheiro do Governo Federal e, após acompanhar a medição da parte da obra feita, repassar o dinheiro para a Prefeitura pagar os serviços. Ou seja, O Estado do Maranhão prestou conta de todo o dinheiro que foi daqui para lá. Realmente, houve o repasse para a Prefeitura de Timon e — diria a V. Ex<sup>a</sup> — mandou-se até mais dinheiro do que se recebeu. Então, na realidade, o que houve foi uma manifestação política do nobre Senador José Sarney, que, fazendo um pronunciamento, às vésperas da eleição municipal de Timon, talvez buscando vencer, com o seu candidato, a eleição, disse que a Ponte da Amizade não havia sido feita porque o Governador do Maranhão não havia repassado o dinheiro para a empreiteira. Ora, se o Estado do Maranhão não havia contratado, ele não podia repassar dinheiro para empreiteira. Naquela hora, ele disse: "Mandamos três vezes o dinheiro". Não é verdade! Mandaram duas vezes, e, nessas duas vezes, todo o dinheiro que foi mandado foi pago. Se V. Ex<sup>a</sup> me perguntar por que a ponte não foi concluída, respondo: É fácil! Quando foi feito o acordo entre a Prefeitura e o Governo Federal, chegou-se a um preço estabelecido de quanto deveria ser a ponte. Foram, então, providenciados os papéis. Esse dinheiro levou quase noventa dias para chegar ao Maranhão — isso com a inflação daquela época, que sabemos de que tamanho era. Então, o dinheiro não deu. Quanto falta? Tornaram a fazer o cálculo, e, novamente, o dinheiro demorou dois a três meses para chegar lá. A inflação corroía o dinheiro. Mas todo o dinheiro que foi recebido está contabilizado no Estado do Maranhão, porque havia um órgão somente para isso. Passei o meu governo para os meus adversários, que têm toda a contabilidade, e eles fiscalizaram

documento por documento. O que eu quero que se entenda é que a fita do pronunciamento do Dr. Sarney, neste caso, foi aceita pelo Deputado Luiz Salomão como verdade. Tudo mais era mentira, mas a frase devia ser verdadeira. Afirmaram que o Governo do Estado do Maranhão, ou o Governador, ficou com o dinheiro, quando não era verdade; apenas o Governo do Estado repassava o dinheiro que recebia. O Presidente desta sessão é o Senador Chagas Rodrigues, que sabe que a coisa se houve desta maneira. Tanto o povo sabia que a verdade é esta, que estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que o Dr. Sarney perdeu a eleição, porque o próprio candidato a prefeito, em pronunciamento feito logo após o Dr. Sarney, dizia que o dinheiro foi todo repassado, apenas demorou a chegar. Isso é uma verdade; o dinheiro demorou a chegar, e, demorando a chegar, a inflação comeu parte dele. Mas tenho absoluta tranquilidade, porque não fiz concorrências, não contratei, não fiz projetos. O que foi dado ao Governo do Estado do Maranhão para fazer, ele o fez com correção, porque não podia o Governo do Estado repassar dinheiro para nenhuma empreiteira.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Prezado Senador Epitácio Cafeteira, eu não quis criar quaisquer constrangimentos a V. Ex<sup>a</sup>, mas o esclarecimento que acaba de prestar foi, pelo menos para mim, muito significativo. Solicitei a sua atenção para que eu possa conhecer melhor sobre fatos do Maranhão, e, para isso, nada melhor do que o esclarecimento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Pois não. Senador Jutahy Magalhães, com muita honra.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Eduardo Suplicy, ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, como os apartes do Senador Epitácio Cafeteira. Penso que nenhum de nós da Comissão de Inquérito sobre o Orçamento tem satisfação de ter participado desses atos de investigação. Ninguém está contente com isso. Creio que todos nós procuramos cumprir, da melhor maneira possível, uma missão que os nossos partidos nos outorgaram. Uma frase constante num hospício na Espanha, divulgada pelo Deputado Roberto Rolleberg, marca bem o que foi a CPI: "Todos que estão são; nem todos que são estão". Acredito que essa frase sintetiza a nossa realidade. Não podemos imaginar que fomos ao âmago da questão. O Senador Epitácio Cafeteira falou do açoitamento para a conclusão. Penso que também nós, em noventa dias, jamais poderíamos chegar ao final. E a prova foram essas indicações encaminhadas para as mesas da Câmara e do Senado para continuarem as investigações. Como o Senador Epitácio Cafeteira, também tive muita preocupação. Fiquei enojado — e cito aqui essa expressão que é forte, mas é verdadeira — com certas manifestações de rapidez em divulgar informações que não estavam comprovadas. Não posso compreender como a Subcomissão de Bancos, onde o sigilo é obrigatório, dá duas entrevistas coletivas por dia. O coordenador da Subcomissão marcava duas entrevistas por dia para divulgar informações. Ora, se o jornalista quer informação, tem-se que lhe dar a informação rapidamente sem qualquer compromisso com a apuração dos fatos. Muita gente, realmente, ficou salpicada a. Algumas vezes — não fui dos maiores freqüentadores da Subcomissão, porque eu tinha outras obrigações — estive lá e pedia cuidado com aquelas informações. O sigilo bancário não é quebrado, mas nos é transferido. Não podemos sair

daqui divulgando números a respeito daquilo que estamos apurando. Quando eu chegava no corredor, os jornalistas já vinham me perguntar se aqueles números estavam corretos. Penso que cometemos erros, mas o trabalho do Relator, como o do Presidente da Comissão e do Vice-Presidente merece o respeito de todos nós que participamos daqueles trabalhos. É lógico que eu — e a prova disso é que votei pelo destaque que foi apresentado — acho que alguns nomes foram injustamente retirados daquela relação. Não sei se houve acordo; não participei de acordo nenhum de última hora para tirar ou colocar nomes. A única vez em que me manifestei sobre nomes foi por considerar que estavam praticando um ato de arbitrio a respeito de um Deputado da Bahia. Tanto isso era verdade que a própria Subcomissão, por unanimidade, acatou essa interpretação. Ainda temos muito a fazer. Temos a CPI de empreiteiras; vamos ver se dá certo. Bilhões de dólares são fraudados por sonegadores. A CPI da Evasão Fiscal não vai adiante e não tem repercussão alguma. Penso que o termo "empreiteiras" foi mal escolhido e deveria ser mais amplo, tendo em vista o fato determinado. Temos que investigar o INCRA, a Caixa Econômica Federal, os emprestimos subsidiados do Banco do Brasil, do FINOR e do Banco do Nordeste; temos que investigar os Correios e Telégrafos, a CONAB e tanta coisa que está aí. Hoje mesmo estou apresentando dois requerimentos de informação, sendo um a respeito daquele transporte de gás: são bilhões e bilhões de dólares fraudados no Brasil. Todos nós sabemos, assim como os próprios órgãos oficiais, do problema no transporte de arroz de Goiás para o Nordeste, para a campanha da fome. E não é o Betinho o culpado disso, mas quem está fazendo as licitações na CONAB; no entanto, não sabemos o que está acontecendo. Esses fatos ainda têm de ser apurados. Não podemos condenar a, b ou c. O trabalho foi sério. Eu diria até que muitas injustiças foram cometidas, mas poucas no âmbito da Comissão quanto à retirada de nomes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Concordo com as ponderações de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jutahy Magalhães. Acredito que algumas injustiças foram feitas, até porque não é tão fácil obter as evidências relativas a fatos tão graves quanto os que foram apurados pela CPI, no exíguo tempo que tivemos. Mas essas falhas — acredito — poderão ser corrigidas, daí a importância da CPI das Empreiteiras.

Tenho certeza de que a postura que desenvolveremos, daqui para frente, denotará com clareza que não houve qualquer procedimento de acordo, tal como o que, por má-fé, foi expresso por parte de alguns. Quero também manifestar que, com a conclusão dos trabalhos da CPI, avalio que há um sentimento do dever cumprido por parte de todos os membros daquela Comissão.

Sr. Presidente, há necessidade de, com brevidade, tratar de outro assunto. Recebi, hoje, ofício de mais de cem empregados da Petrofértil, fazendo um apelo à Presidência da República, ao Ministério das Minas e Energia e à Presidência da Petrobrás no sentido de considerar a possibilidade de se assegurar o emprego dos trabalhadores daquela empresa, uma vez que o seu Conselho Administrativo está resolvendo afastar mais de cento e trinta empregados, pretendendo deixar apenas doze. Tendo em vista ser a Petrofértil parte do grupo Petrobrás, considerando o inquestionável vínculo entre os empregados das duas empresas, embora de natureza subsidiária ao vínculo principal, o apelo é no sentido de que possam esses empregados ser absorvidos pelo sistema Petrobrás após se confirmar a decisão do Conselho de Administração. Esses

empregados têm feito gestões junto ao Ministério do Trabalho, por meio da sua delegacia no Rio de Janeiro, que promoveu duas mesas redondas entre os trabalhadores da Petrofértil e as direções desta e da Petrobrás: na primeira, sem a participação da Petrobrás, o Vice-Presidente da Petrofértil manifestou-se favorável ao aproveitamento dos empregados na Petrobrás, carente de mão-de-obra especializada; na segunda mesa redonda, realizada no dia 19 de janeiro de 1994, o representante da Petrobrás informou que esta não tinha qualquer intenção de extinguir a Petrofértil, tampouco de despedir os seus empregados, que poderiam ser aproveitados na futura empresa de gás do sistema Petrobrás sucessora da Petrofértil. No entanto, para a surpresa dos empregados da Petrofértil, no dia 19 de janeiro de 1994, o seu Conselho de Administração decidiu aprovar a demissão, até 31 de janeiro de 1994, do Quadro de Pessoal da Petrofértil, atualmente com 136 empregados, permitindo a manutenção de apenas doze até o encerramento das atividades de fertilizantes.

Portanto, diante da dramática situação em que se encontram, os empregados da Petrofértil apelam para o Presidente, para o Ministro das Minas e Energia e à Presidência da Petrobrás no sentido de considerar o pleito de tais trabalhadores.

Sr. Presidente, solicito seja inserida em meu pronunciamento a íntegra do ofício, cuja cópia encaminho ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente Itamar Franco.

Apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. JONAS PINHEIRO** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra na forma regimental.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PTB-AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço a palavra apenas para informar à Casa que, no dia de ontem, desloquei-me até a cidade de Belo Horizonte, em companhia do nobre Senador José Eduardo de Andrade Vieira e do Deputado Rodrigues Palma, para participar da Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro naquela Capital.

O meu contentamento foi tão grande que me senti instado a comunicar à Casa o espetáculo de civismo que vimos ontem em Belo Horizonte. Na verdade, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro todo o Governo do Estado de Minas Gerais: o Governador, o vice-Governador, nove deputados federais, 14 deputados estaduais, prefeitos, vereadores, secretários de governo, presidentes de empresas de economia mista.

O PTB é o mais antigo partido dos existentes, o de maior carga de tradição, o que tem a mais bela página de vida política na história do nosso País. Confesso que fiquei profundamente emocionado e satisfeito ao ver aquele espetáculo de civismo, de trabalhismo. Hoje, o partido de maior expressão política no Estado de Minas Gerais é realmente o PTB.

Portanto, quero congratular-me com os companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro que fizeram aquela festa tão bonita, que conseguiram tantas filiações, tantas valorosas adesões, dos mais qualificados, os mais responsáveis homens, os condutores da vida política e administrativa do Estado de Minas Gerais.

Daqui estendo aos companheiros, especialmente ao ex-Deputado Milton Reis, Presidente do Partido Trabalhista em Minas Gerais, as minhas congratulações e felicitações pelo grande incremento que deu ao PTB e pelo espetáculo de civismo e de política que vimos ontem em Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Elcio Alvares** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

**O SR. ELCIO ALVARES** (PFL-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes Colegas com alguma emoção venho a esta tribuna, hoje, para comunicar que, a partir de amanhã, atendendo ao convite do Presidente Itamar Franco, assumo o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O Presidente, ao me convidar, fez questão de frisar que era um gesto pessoal. Mas, nem por isso deixo, neste momento, de me declarar um Ministro inteiramente ligado ao Partido da Frente Liberal e, muito mais ainda, um Ministro ligado a todos os Senadores que compõem este Plenário.

A vida pública oferece vários momentos: momentos de emoção, de dúvida, de angústia. Neste instante, fazendo esta comunicação, desejaría expor uma relembrança, não só em homenagem aos idos de três anos aqui registrados, mas também a esta convivência admirável que me valeu a certeza de que o Senado da República é constituído de amigos exemplares. Não me afasto. Se dissesse que vou sair, para me afastar, eu não estaria sendo sincero e correto comigo mesmo. Vou manter, permanentemente, enquanto no exercício da função ministerial, este mesmo diálogo de convivência, que considero fundamental. Também sou homem realista, de pés no chão; não vou anunciar aqui, desta tribuna, que vou realizar um projeto, vou modificar tantas coisas, porque tenho a noção exata do tempo e da realidade do momento que estamos vivendo.

Quero reiterar, de público, ao Presidente Itamar Franco, a minha solidariedade que, desde os momentos da Comissão Especial que processou o impeachment do Presidente Fernando Collor, ficou manifesta pelo meu gesto de profunda isenção.

Através dos tempos, convivi com o Presidente da República, e de Sua Excelência somente recebi exemplos de probidade e preocupação com os problemas do País. Estava criado, por certo, um vínculo de respeito de minha parte, pela atuação do Presidente Itamar Franco. Lógico, quando recebi o convite, que considero uma homenagem ao meu Estado, não poderia relutar em atendê-lo. Mesmo porque, nos instantes que antecederam o convite presidencial, conversei longamente com o admirável Líder Pedro Simon, dizendo da visão que tinha das coisas, sobrelevando sempre a posição do Senado da República. Após, conversei com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que mostrava muita preocupação com a situação econômica do País e enfatizava, com insistência, a importância do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo dentro do plano de estabilização que S. Ex<sup>a</sup> vem sugerindo ao País, por meio da participação decisiva e valiosa do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, este discurso não é uma despedida nem uma fala de quem vai ausentar-se, mas é a comunicação que devo, por dever de amizade aos meus companheiros do Senado, fazer no dia de hoje.

**O Sr. Jonas Pinheiro** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Pois não, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita alegria, Senador Jonas Pinheiro.

**O Sr. Jonas Pinheiro** — Nobre Senador, eu começaria por repetir um juízo emitido pelo Senador Jarbas Passarinho na Presidência da CPI do Orçamento: “há convites que honram o convidado e há convites que honram a quem formula o convite”. É por este ângulo que vejo V. Ex<sup>a</sup> sendo conduzido a chefiar o importante Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Esta Casa se sente honrada por mais esta escolha presidencial para composição de sua equipe de Governo, porque vem Sua Excelência o Presidente Itamar Franco buscar mais um, entre os outros que já recrutou para o serviço público, para o serviço da Pátria, aqui no Senado. Na verdade, tenho dito que esta Casa é um celeiro de homens experimentados, de ex-Ministros, de ex-Governadores, até de ex-Presidentes da República, de políticos tarimbados, homens que encaneceram na vida pública, homens que já se afizeram ao árduo trabalho da Administração Pública e às dificuldades imensas, aos problemas complexos da atividade política. V. Ex<sup>a</sup> é um desses mais valorosos exemplos que esta Casa tem. O Estado do Espírito Santo, que já o teve como Deputado Federal, que já o teve como Governador, que hoje o tem como Senador e que o terá, a partir de amanhã, como Ministro da República, naturalmente que está extremamente orgulhoso, como estamos todos nós, que temos o verdadeiro privilégio de conviver com V. Ex<sup>a</sup>. Esse homem sábio, ponderado, equilibrado, esse poço de bom-senso, esse manancial de prudência, de experiências, tem sido para nós, aqui no Senado, uma luz, um guia, um orientador, que, nos momentos mais difíceis, rado na superação de tão graves momentos que já vivemos. De modo que V. Ex<sup>a</sup> leva, para conduzir o Ministério, toda essa experiência e, com certeza, não só o apoio de seus 80 Pares, não só o apoio desses 80 Senadores que o homenageiam, a cada dia, a cada hora, pelo que V. Ex<sup>a</sup> representa, mas levará, com certeza, o apoio integral e irrestrito da unanimidade desta Casa pelo conhecimento que temos de V. Ex<sup>a</sup>. Acrescento, nobre Senador, que V. Ex<sup>a</sup> agora se faz mais próximo do Presidente Itamar Franco, e homem competente que é, certamente, haverá de contribuir e de aconselhar o Presidente a buscar, nesta Casa, o relacionamento, a confabulação, a discussão dos problemas, para que, mais próximo deste Senado, possa ter o apoio de que necessita para viabilizar cada vez mais o seu projeto de Governo. Aproveito também para afirmar que não é de bom-senso, nesta hora, extinguir-se ministérios. Digo isso em razão das notícias que estão traduzidas pelos jornais de há muito tempo. Pensa o Presidente em extinguir o Ministério da Ação Social, bem como o da Integração Regional. Não é mais hora disso. Estamos caminhando para o final do Governo. Não dá, sequer, para desmontar os ministérios. É muito mais prudente que Sua Excelência o Presidente da República deixe esta tarefa para o seu sucessor, que já entrará, embutido em seu plano, com o planejamento de extinção de um Ministério e criação de outro. Espero que V. Ex<sup>a</sup>, a par da grande contribuição ao trabalho já feito pelo Ministro e Senador José Eduardo, em seqüência, de forma adequada e correta, às políticas já traçadas, leve aquela Pasta ao sucesso que todos desejamos. Assim sendo, sabemos que teremos êxito na missão que V. Ex<sup>a</sup> exercerá junto ao Presidente da República, que é também a missão política e de fortalecimento das relações do Congresso Nacio-

nal com aquele órgão. Era só isso, nobre Senador, com os nossos parabéns e a nossa admiração.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senador Jonas Pinheiro, recolho as palavras de V. Ex<sup>a</sup> como mais uma demonstração da amizade que nos une.

V. Ex<sup>a</sup> foi excessivamente generoso; contudo, investiu-me de uma responsabilidade maior. Não sou um Senador que vai exercer o Ministério como figura isolada. Gostaria que todos que estão aqui fossem solidários comigo na divisão dessa homenagem que se presta ao Senado.

Não recolho a indicação como mérito pessoal. Recolho-a como respeito a esta Casa, mesmo porque vou suceder a uma outra magnífica figura, que aqui tem assento com muito brilhantismo que é o Senador José Eduardo, a quem declaro, neste momento, de público, que nada mais vou fazer do que dar seguimento aos seus projetos e àquela colocação de patriotismo que S. Ex<sup>a</sup> sempre reiterou, no Ministério; agora, nos primeiros contatos, percebo que sua atuação foi decisiva, que suas marcas são indeléveis. Sair daqueles projetos que foram preestabelecidos seria, na verdade, desviarmo-nos de meta traçada com profunda e rigorosa destinação.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senador Saldanha Derzi, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Nobre Senador Elcio Alvares, V. Ex<sup>a</sup> não pode avaliar o meu contentamento, a minha satisfação em ver o Presidente da República agir com alto descontino. Com o alto interesse de servir este Brasil, foi procurar um dos homens mais dignos desta Casa, um homem de capacidade de trabalho, um homem de espírito público. Foram colegas, por muitos anos, na Câmara dos Deputados e aqui, no Senado; cada vez eu o admiro mais pela correção dos seus atos, por sua postura, sua inteligência, sua capacidade de trabalho e, sobretudo, seu amor ao Brasil. V. Ex<sup>a</sup>, realmente, é um extraordinário Parlamentar, um extraordinário Senador. Sentimos a saída de V. Ex<sup>a</sup> desta Casa, porque realmente V. Ex<sup>a</sup> aqui é um esteio, é uma garantia, ao nosso lado, para a solução desses grandes problemas que aí estão. O nobre Ministro José Eduardo deve estar bastante satisfeito por ver que V. Ex<sup>a</sup> vai substituí-lo nas suas funções, ele que foi extraordinário na condução daquela Pasta. S. Ex<sup>a</sup> deve estar satisfezíssimo por ser substituído por um homem do seu caráter, da sua envergadura, da sua postura, do seu patriotismo, do seu espírito público. Congratulo-me com o Presidente da República. Não poderia ter escolhido melhor nome para aquela Pasta, de grande importância. Está aí o Ministro que está deixando o ministério, ao qual deu uma outra forma, adotando um outro método de trabalho, que, tenho certeza, V. Ex<sup>a</sup> há de dar continuidade, vindo a aperfeiçoá-lo, o que por certo servirá muito ao nosso País. V. Ex<sup>a</sup> tem inteligência e espírito público. Felicito o Presidente da República pela escolha do seu nome para conduzir o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Meus parabéns, nobre Senador.

**O SR. ELCIO ALVARES** — As suas palavras, Senador Saldanha Derzi, são um estímulo muito vigoroso a minha atuação. Sei da sua probidade, da sua honradez, da sua dignidade. E o nosso conhecimento não é um conhecimento de hoje. Ele vem dos idos de 1970. Então, nos conhecemos não

só pelo afeto, mas pelo respeito recíproco no momento em que nos colocamos por inteiro a favor dos nossos Estados e a favor do País. Suas palavras neste momento representam advertência, porque o seu elogio generoso me adverte para as graves responsabilidades que vou exercitar, e prazo aos céus que eu jamais decepcione esse extraordinário homem público que é Rachid Saldanha Derzi.

**O Sr. José Eduardo** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. José Eduardo** — Como bem disse o Senador Rachid Saldanha Derzi, para mim também é uma alegria muito grande saber da indicação de V. Ex<sup>a</sup> para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup> como conheci, em dois anos de trabalho, juntos nesta Casa, depois, no Ministério, durante todo um ano, apreciando seu zelo e empenho, a participação ativa e sempre presente de V. Ex<sup>a</sup> nos trabalhos desta Casa, buscando contribuir para a definição dos melhores rumos para o País nesta fase tão tumultuada, difícil, que temos vivido, cada vez mais cresce nossa admiração pelo seu trabalho. Por isso, é enorme nossa alegria ao sabermos da indicação de V. Ex<sup>a</sup> para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Não poderíamos ter notícia melhor do que essa que recebemos, da sua indicação. Obviamente, nos dedicamos profundamente a realizar um trabalho no ministério que fosse uma contribuição efetiva para o crescimento do nosso Brasil. De conversas anteriores com V. Ex<sup>a</sup>, sabemos das boas intenções e do empenho com que V. Ex<sup>a</sup> assumirá esse Ministério, para dar continuidade a esse trabalho. E temos certeza, e isso também nos tranquiliza muito, que V. Ex<sup>a</sup> saberá corrigir os rumos daqueles programas e projetos que precisam de correção, porque a economia é dinâmica, a vida sócio-política do País sofre alterações e V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência de Governador, de Deputado, de Senador, saberá, no momento oportuno, promover as alterações, correções, e criar os novos programas que se farão necessários para que o trabalho realizado por nós tenha a sua continuidade, não só garantida, mas melhorada pela sua experiência, pela competência com que V. Ex<sup>a</sup> tem se desincumbido das missões que seus eleitores lhe confiaram. Isso nos tranquiliza muito, porque o nosso País precisa realmente do empenho e do esforço de homens da sua capacidade, da sua estatura moral, ética e profissional. Por isto, estamos muito felizes com a sua indicação. Parabéns.

**O SR. ELCIO ALVARES** — O Senador José Eduardo marcou com uma esteira luminosa a sua participação no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. E afirmo isto para todos os colegas, tocado de justo orgulho, porque quando chegamos a esta Casa, nos idos de 1991, a idéia que se tinha de José Eduardo era a do banqueiro do Banco Bamerindus. Era difícil desassociar o banqueiro da figura do José Eduardo.

Depois, veio a convivência, esse entusiasmo quase juvenil de José Eduardo nas lutas aqui dentro do Senado. Depois, ocorreu um outro fato que me fez respeitá-lo como brasileiro que acredita no País: fui conhecer, lá no Paraná, a sua fábrica de celulose e de papel, que é uma afirmação de trabalho e de confiança no Brasil. Como se não bastasse isso, houve outro episódio que marcou efetivamente a nossa admiração, uma fazenda chamada Mitacoré. Um dia em que cada palmo de terra andado por nós dava uma lição exata da confiança de José Eduardo na agricultura brasileira. E aí o outro lado do banqueiro: José Eduardo não era o banqueiro, era o agri-

cultor, essa a razão do seu chapéu como símbolo de campanha, porque jamais se desassociou da terra.

Então, no momento em que o Presidente o convocou, numa hora em que precisava realmente da sua participação, José Eduardo foi o somatório de todas aquelas idéias e valores que tínhamos formulado sobre ele. E proclamo hoje, neste instante: para mim vai ser difícil a tarefa de dar continuidade, com o mesmo brilhantismo, àquilo que foi a sua atuação no Ministério que vou ocupar a partir de amanhã.

Portanto, com este elogio manifesto ao Senador José Eduardo o meu mais profundo reconhecimento por suas palavras generosas. E não tenha dúvida, uma das minhas preocupações é não permitir de forma nenhuma que suas idéias, os seus projetos, deixem de ter a continuidade que todo nós almejamos.

**O Sr. Josaphat Marinho** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Pela ordem, concedo o aparte ao Senador Josaphat Marinho, nosso grande mestre, figura que honra sobremodo o Senado da República.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Caro Senador Elcio Alvares, como seu companheiro de Partido, e pelas boas relações que estabelecemos nesta Casa durante a presente legislatura, quero traduzir-lhe minha satisfação por vê-lo elevado às funções de Ministro de Estado. Para o cargo, V. Ex<sup>a</sup> leva dupla experiência: a do profissional da advocacia e a do político que já foi Governador, foi Deputado e hoje é Senador. Consequentemente, V. Ex<sup>a</sup> reunirá todos esses fatores que o têm orientado na vida para a direção de um Ministério, cujos problemas variam, por vezes instantaneamente, por força de problemas de tecnologia e de comércio. Então, a sua experiência de advogado também o ajudará bastante a contornar situações que poderão ser tanto mais difíceis, porque V. Ex<sup>a</sup> vai para o Governo na última fase da gestão do Presidente Itamar Franco. Só tenho que esperar que a sua inteligência e o seu poder de decisão o ajudem a cumprir bem a tarefa que lhe foi confiada. Eu lhe faço esta manifestação com uma grande isenção porque, como é notório nesta Casa, se apóio atos do Governo, também tenho feito manifestações de contrariedade a diversas proposições. Espero vê-lo no Ministério e poder lhe dar a contribuição que me for possível, dentro da linha que me tem orientado neste período de atividade legislativa em que a nossa convivência foi tão cordial. Mais não lhe preciso dizer, porque o mais será dito pelo nosso Líder. Só lhe desejo felicidades.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Tenho pelo Senador Josaphat Marinho, desde o primeiro dia que cheguei a esta Casa, respeito profundo.

Sou operário da oficina do Direito, e todos aqueles que, como eu, advogados, empregam na faina diária verdadeiro sacerdócio de respeito à Constituição, à lei, não podem deixar de apregoar publicamente que a figura do Senador Josaphat Marinho é uma figura lapidar. Não podem deixar de dizer, de modo nenhum, que o Senador Josaphat Marinho é, na verdade, uma das maiores inteligências na interpretação do texto constitucional.

Aqui, mesmo em regime de divergência, uma divergência que é acatada por unanimidade, o Senador Josaphat Marinho tem timbrado por uma posição que merece respeito, e por que não dizer, uma admiração que se renova no exercício do mandato, dia a dia.

Portanto, suas palavras, Senador Josaphat Marinho, são recebidas por mim como as de um homem justo, correto, que tem uma história na vida política brasileira, sabendo colocar cada expressão com a justeza daqueles que, na verdade, têm o dom da inteligência e, sobretudo, o discernimento para aconselhar no momento exato.

**O Sr. Ronan Tito** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senado Ronan Tito, com muita alegria concedo ao meu eminentíssimo Colega, companheiro de ideal, a palavra nesse momento em que estou comunicando à Casa minha breve saída para exercer uma função ministerial.

Ouço, com satisfação imensa, o Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador Elcio Alvares, lembro-me de quando trabalhávamos juntos na questão da inadimplência do Brasil com os credores internacionais e que tive, por dever de ofício, de manter contato com banqueiros internacionais, com nosso embaixador e com bancos oficiais. Num belo dia, à tarde, fazendo uma avaliação de todos aqueles contatos, escutei do nosso representante na negociação da dívida externa, o Sr. William Rhodes, uma pergunta, para mim difícil de responder. Ele indagou: "O que há com o nosso País, com o nosso Brasil?" Descobri, no Sr. William Rhodes, um americano, muito amor pelo Brasil, porque, quando criança, ele morou aqui durante 4 anos, o seu pai foi funcionário de uma empresa de navegação, e ele estudou aqui no Brasil. Então, fiz uma provocação ao Sr. William Rhodes, dizendo o seguinte: "Pois é, um País tão rico em matérias-primas e em recursos naturais..." Ele disse-me: "Riquezas naturais importam pouco na época em que vivemos, se isso importasse muito, o Japão, talvez, não estivesse onde está. Estou cobrando do Brasil, porque este País não tem só riquezas naturais em abundância, mas também tem cérebros, cabeças, homens e valores". Naquele momento, ele começou a nomear mais de uma dezena de brasileiros ilustres, capazes de levar este País para frente. Ele disse: "O que há com o nosso País?" Eu, na hora, lembrei-me de uma expressão de um jornalista brasileiro: o Brasil continua um elefante amarrado em um pé de alfaz. Temos as riquezas naturais, homens com capacidade de levar este País para frente, porém, sempre encobrimos a nossa capacidade, o nosso arranque com diversos cobertores, quase sempre com mentiras palmares. A mais importante delas, nos últimos tempos, é que o Brasil ostentava a maior dívida externa do mundo: patranha das patranhas, mentira das mentiras, engodo dos engodos. Vêm sempre as mentiras, uma se sucedendo a outra. Achei algo interessante, nobre Senador: o Brasil importava discursos. Os discursos, hoje, é que acabam por catequizar o País. Antigamente, quando se queria colonizar um país, este era invadido por forças militares, e depois a colonização era estudada. Hoje, a colonização se faz principalmente através do imaginário coletivo. Interessante: os discursos proferidos lá fora pela extrema-direita, para nos amarrar, são repetidos, com denodo, pela extrema-esquerda. Há uma apropriação enorme: a esquerda se apropria e se agarra a um discurso da extrema-direita, os heróicos. Ah, os heróicos! Nós precisamos tanto deles na época da ditadura, e muitas vezes estavam debaixo da cama, agora precisamos dos competentes e só aparecem heróicos. Outras vezes aparecemos até com o tapete do moralismo para encobrir a ineficiência ou a mediocridade! Precisamos desamarrar o elefante, só homens capazes poderão fazê-lo. Quando V. Ex<sup>a</sup> disse que a escolha de seu nome para

ocupar o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, pretendia homenagear o Senado, quero dizer que se o Senhor Presidente da República assim pensou, homenageou. Acertou em cheio. Todos nos sentimos homenageados pela escolha de V. Ex<sup>a</sup>, Ministro que sai desta Casa. Como disse muito bem o eminent professor e Senador Josaphat Marinho, V. Ex<sup>a</sup> não leva só a competência do político, do parlamentar, mas leva também a experiência do executivo, do governador. É com homens, só com homens competentes, sérios, com amor a esta Pátria, com civismo, seremos capazes de desatar o nó que prende o elefante. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> dará enorme contribuição no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que já fui comerciante e já fui industrial, hoje, sou aprendiz de político. Mas, pelo meu *feeling*, devo dizer que deposito em V. Ex<sup>a</sup>, pela sua experiência, pelo seu bom senso, uma esperança enorme à frente do Ministério que vai assumir. Quero dizer que este amigo que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu cativar já nos primeiros dias de seu mandato nesta Casa — e a cada dia que passa mais solidifica a nossa amizade e o respeito que lhe tenho — está aqui às suas ordens, no plenário e na Comissão de Economia. Disponha. Até hoje não descobri bem para que servem os parlamentares. Há certa confusão na democracia. Pelo menos há uma confusão institucionalizada. Para que servem? Não sei. Mas, para o que servir, conte com o seu amigo. Não digo até logo nem até breve, mas até sempre!

**O SR. ELCIO ALVARES** — Eu diria que essa é uma intervenção formosa, porque o Senador Ronan Tito tem uma formosura de falar, às vezes, nos momentos mais ásperos, que me leva a uma indagação: como esse grande Líder nacional, que marcou a sua presença de forma definitiva nessa Casa, sabe abordar esses pontos com tanto discernimento? Entre o Senador Ronan Tito e mim surgiu uma amizade sólida. Não diria que é o atavismo dos mineiros porque, sempre digo isso: a minha honra de ser Senador pelo Espírito Santo é inexcedível, mas, perdida nas minhas Minas Gerais está a cidade-berço, Ubá. Em determinados momentos busco, nessa mineirice sadia do Senador Ronan Tito, inspiração para que possa me situar dentro dos grandes problemas nacionais. Toda essa Casa sabe que a Comissão de Assuntos Económicos, sem a presença do nobre Senador, perde aquele brilhantismo e aquela tranquilidade que precisamos ter nos momentos decisivos.

Na discussão da dívida externa, ninguém foi mais assíduo, ninguém foi mais brilhante — perdoem-me os demais colegas, porque faço um pleito de justiça aberta — do que o Senador Ronan Tito. O seu patriotismo o levou muitas vezes, a título de reuniões de trabalho, a discutir o que representava o legítimo interesse nacional. Essa característica do Senador Ronan Tito será inapagável no dia em que contarmos a história dos verdadeiros representantes do povo, que tinham preocupação com o País e não faziam as filigranas douradas das lantejoulas da publicidade.

O Senador Ronan Tito não diz uma palavra para agradar quem quer que seja. O Senador Ronan Tito não assume uma postura para que amanhã encontre uma repercussão que não represente o íntimo do seu sentimento. Às vezes é até duro na maneira de falar. Às vezes é até áspero no modo de abordar os problemas. Quando todos estão a ouvir elogios, filigranas, o Senador Ronan Tito se levanta sempre com sua autenticidade para alertar a todos nós.

Portanto, Senador Ronan Tito, como se não bastasse essa grande e imensa amizade, recolho nesse instante o aparte

de um dos Senadores mais patriotas que o Senado da República já teve oportunidade de conhecer.

**O Sr. Beni Veras** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senador Beni Veras, V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra agora. Estou fazendo essa despedida de forma coloquial, porque estou deixando a minha Casa, a Casa dos meus amigos, dos meus fraternos amigos. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Beni Veras, notável revelação que o Ceará nos mandou, muito me ensinou na convivência da Comissão do Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro, cujo relatório é uma obra-prima e que, por certo, ao longo dos tempos marcará a posição do Senado no questionamento dos desequilíbrios regionais.

Ouço V. Ex<sup>a</sup>. Senador Beni Veras.

**O Sr. Beni Veras** — Obrigado pelas palavras, nobre Senador Elcio Alvares. Essa nossa convivência na Comissão do Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro proporcionou-me a oportunidade de conhecer de perto e sentir o patriotismo que motiva V. Ex<sup>a</sup>. Andamos pelo País afora, vendo as misérias que infelizmente nosso País ainda acumula. Tivemos a oportunidade de conversar a respeito desses problemas e pude ver a sensibilidade que marca a personalidade de V. Ex<sup>a</sup> e, além disso, o seu enorme patriotismo, a sua dedicação ao País. Como foi dito em uma dessas reuniões, os Parlamentares, às vezes, eram Parlamentares dos seus Estados, mas a seu respeito sempre se disse que V. Ex<sup>a</sup> é um Parlamentar do País, tal a sensibilidade que sempre revelou no trato das questões nacionais. Essa convivência na Comissão de Estudo dos Desequilíbrios Inter-Regionais proporcionou-nos a chance de ter certeza de que a chegada de V. Ex<sup>a</sup> ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo não só manterá o alto nível das ações desse Ministério, como dará ao País essa contribuição que V. Ex<sup>a</sup> tem latente, que não pode de nenhuma maneira ser omitida. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e, mais do que isso, meus parabéns ao Governo Itamar Franco.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Se no meu lugar estivesse o Senador Beni Veras, eu diria que o Governo estava de parabéns por inteiro, porque o Senador Beni Veras tem a formação de verdadeiro homem público. E não somente a formação, é o seu conhecimento que lhe dá autoridade de ser a palavra ouvida nos momentos exatos.

Vejo o Senador Beni Veras pela ótica da fraternidade e tenho dito a S. Ex<sup>a</sup> sempre: feliz do Ceará que nos mandou essa esplêndida vocação de vida pública e que aqui, tenho certeza, ao longo dos cinco anos que ainda nos restam, dará exemplos não só ao Senado, mas a todo o País, do que é capaz e daí dentro dele é uma lição permanente de amor ao Brasil.

Muito obrigado, Senador Beni Veras.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Senador Elcio Alvares, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Ouço o Senador Francisco Rollemberg. Senador que, como eu, habitou o Partido da Frente Liberal. Senador que, como eu, representante de um Estado pequeno, traz sempre dentro de si o pulsar de realizações, que são manifestações permanentes de vida pública.

Senador Francisco Rollemberg, recolho sua palavra com satisfação.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Eminent companheiro, Senador Elcio Alvares. V. Ex<sup>a</sup> não se despede de nenhum

de nós, V. Ex<sup>a</sup> apenas nos comunica que por alguns dias, por algum tempo, que esperamos que seja breve, mas proveitosa para este País. V. Ex<sup>a</sup> irá ocupar o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo do Brasil. Vejo isto, Sr. Senador, como uma notícia alvissareira, como um gesto de inteligência do Senhor Presidente da República, que decide lhe dar as mãos e convocar, do Congresso Nacional, um homem da sua estatura e dizer: "Senador, vamos dar as mãos pelo Brasil." E V. Ex<sup>a</sup>, num gesto de grandeza, concede-lhe esse pedido. V. Ex<sup>a</sup> vai dar-lhe as mãos e, dando-lhe as mãos, oferecer-lhe a sua presença e a sua inteligência no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, ministério tão bem comandado, até há pouco tempo, pelo nosso eminente colega José Eduardo. V. Ex<sup>a</sup>, ao iniciar o pronunciamento nesta tarde, em que faz essa comunicação, fez questão de frisar que o Presidente o fizera em seu nome pessoal. De início, isso fez parecer a alguns de nós que o Presidente da República não queria vinculação com o partido, mas mostrou-nos, logo em seguida, que o Presidente só poderia agir assim, porque estava substituindo um homem digno, inteligente e competente por outro também competente, digno e inteligente, que é V. Ex<sup>a</sup>. O Presidente da República não substituiu o partido por outro partido, mas um Senador por outro. Substituiu o homem que tem história e tradição na vida empresarial brasileira por um homem que conheci há muitos anos, em 1971, quando jovens, iniciávamos nossa carreira política na Câmara dos Deputados. Um jovem que aqui chegou e, de logo, empolgou esta Casa e, porque empolgou esta Casa, foi Líder do Governo, porque como Líder do Governo, de tão elevada estatura, mereceu, naquela ocasião em que os Governadores não eram eleitos, mas escolhidos, a escolha dos seus Pares, entre aqueles que compunham a bancada do Espírito Santo, para ser o seu Governador. V. Ex<sup>a</sup> foi um Governador admirável, e eu sei. Disso tenho o testemunho do povo da sua terra. V. Ex<sup>a</sup> governa, volta para sua profissão e, novamente, volta para a vida pública, atendendo ao chamamento do seu Estado. Aqui vem e novamente com proficiência, com inteligência, com cultura, com sabedoria, com experiência — a experiência do saber feito — se destaca nesta Casa. E tanto se destacou que quase todas as comissões parlamentares de inquérito têm contado com a sua contribuição. V. Ex<sup>a</sup> lançou, na semana que passou, um livro falando da Comissão Parlamentar de Inquérito que fez o impeachment. V. Ex<sup>a</sup> honrou o seu Partido e o nosso quando — designados que fomos pelo nosso Líder Marco Maciel, Líder do Partido da Frente Liberal — teve atuação marcante na CPI da Corrupção do Orçamento. E, pela sua postura íntegra, pela sua inteligência e raciocínio rápido, era-nos tão necessário que não foi preciso lhe dizermos que não nos deixasse antes que terminassem os trabalhos dessa CPI. V. Ex<sup>a</sup>, então, vai até o último instante, até a última hora levando a sua contribuição estelar; daquela estrela que brilha sempre, não daquela estrela que é cadente e se consome na sua trajetória. V. Ex<sup>a</sup> não se deixou consumir e brilhou nessa CPI. Vai para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e — tenho certeza — vai honrar esta Casa, honrar o Espírito Santo, honrar seus familiares, que estão a ouvi-lo neste instante e, principalmente, honrar os seus amigos, que não aceitam a sua presença nesta tarde, na tribuna, senão como mero ato de comunicação. Não há despedida, não há "até breve", não há "até logo", não há "até sempre": há um abraço fraterno e amigo daqueles seus companheiros que dizem neste instante: "Estamos juntos, Elcio Alvares, Senador da República, Ministro do Brasil!"

**O SR. ELCIO ALVARES —** Obrigado.

A viagem da memória nos conduz a emoções. O Senador Francisco Rollemburg despertou-me a emoção do primeiro instante no Congresso, quando, vindo do Espírito Santo, desempenhei um mandato de Deputado Federal. Por uma coincidência do destino, ao seu lado, outro companheiro da leva de 1970, o Senador Marco Maciel.

Éramos jovens, diria mesmo meninos, começando a viver o primeiro impulso da vida pública em nível nacional.

O Senador Francisco Rollemburg, através do tempo, tornou-se figura lendária no seu Sergipe; pela sua dignidade moral, pela verticalidade das suas posições, por um trabalho que hoje já está consagrado na história política do seu Estado.

Segui outros caminhos, mas, por mais distantes que fossem os nossos caminhos: Sergipe, na Região Nordeste e o Espírito Santo, dentro da Região Sudeste, sempre estivemos nos ligando; laços de amizade, laços de patriotismo e a convicção de que o exercício da vida pública não era uma atividade meramente desempenhada em razão de impulso pessoal, mas era, na verdade, o sacerdócio de ideal que em nenhum momento poderia sofrer qualquer dúvida.

Senador Francisco Rollemburg, muito grato pela relembrança, que me fez voltar aos idos de 1970.

**O Sr. Marco Maciel —** V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES —** Meu discurso, que não é um discurso e, sim, a simples comunicação, estaria necessitando de algo mais se o Líder Marco Maciel não concretizasse a sua participação.

Antes de Marco Maciel falar, quero dizer que quando aqui cheguei, encontrei, no seu companheirismo, na sua lealdade, portas abertas e francas; portas abertas que me convidavam ao trabalho; e, acima de tudo, um norte e uma luz, me dizendo que o exercício do mandato de Senador é missão profundamente séria e precisa ser exemplificada em pessoas do porte do Senador Marco Maciel.

Senador Marco Maciel, meu grande Líder, neste instante, com emoção, ouço o seu aparte.

**O Sr. Marco Maciel —** Prezado amigo, ilustre Senador Elcio Alvares, ao apartear-lo, neste instante, de alguma forma me sinto movido por três tipos de reação: a primeira é a reação do amigo. O amigo que vê um companheiro de décadas de convivência alçado à condição de Ministro de Estado, ou seja, coroando uma longa e rica vida pública. V. Ex<sup>a</sup>, que em sucessivos cargos, quer no Executivo, quer no Legislativo, tem merecido o reconhecimento não somente dos seus co-cidadãos, dos seus coestaduanos, mas, por que não dizer, de toda a Nação brasileira. E V. Ex<sup>a</sup> vai, significativamente, ocupar um Ministério que de alguma forma é nacional, pela sua abrangência, pela multiplicidade de temas que ali são feridos, mas que, ao mesmo tempo, é um Ministério que tem uma funda ligação com a vida do seu Estado. E, de alguma forma, uma ligação muito funda também com a obra que V. Ex<sup>a</sup> realizou como Governador do Espírito Santo. Porque falar no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo lembra a questão da cafeicultura, porque seu Estado é um produtor de cafés de primeira qualidade; cafés finos, da melhor qualidade; lembra a questão siderúrgica, envolvendo aí não somente o seu transporte, mas também o seu processamento; lembra projetos industriais de grande significação, que se desenvolveram ao tempo em que V. Ex<sup>a</sup> governava o Espírito Santo; lembra, por que não dizer, por fim, o turismo, que é uma vocação também do seu Estado; que tem não somente um povo acolhe-

dor, descontraído, mas também recursos naturais que não podem ser menosprezados. Por outro lado, a ida de V. Ex<sup>a</sup> para o Ministério me deixa satisfeito também como colega de convivência parlamentar na Câmara — momento muito denso da vida política nacional. E, depois, o reencontro aqui no Senado. Nas duas oportunidades, tanto na Câmara quanto no Senado, pude de alguma forma aproximar-me mais do ilustre amigo; conviver de forma mais solidária. Significativamente, nesses sucessivos episódios, estivemos sempre sob o pátio do mesmo Partido, vivendo na mesma organização partidária. E, aqui, V. Ex<sup>a</sup>, oportunamente, lembrou a convivência, ao tempo em que aqui chegamos, com o hoje Senador Francisco Rollemberg, com o então Deputado Federal José Carlos Fonseca, dando exemplo de colegas que vieram na geração de 70, que foram eleitos em 70 e que, durante a década de 70, exerceram funções relevantes no País e no Congresso. A minha terceira reação, nobre colega Elcio Alvares, é de alguém que se tornou admirador das suas qualidades. V. Ex<sup>a</sup> é singularmente múltiplo, porque, sem perder sua autenticidade, sem deixar de ser um amigo leal e afetivo, consegue administrar magistralmente o tempo e destacar-se nas mais diferentes atividades, quer em nível partidário, quer em nível congressual. Por tudo isso, eu diria que este momento é, para a Casa, de alegria — pode parecer paradoxal o que vou dizer — em vê-lo alçado à condição de Ministro e, ao mesmo tempo, um momento de tristeza, porque o vemos partir, ainda que por um curto período, do nosso convívio, para exercer funções a que V. Ex<sup>a</sup> não poderia se recusar, porque funções em que, de forma mais direta, V. Ex<sup>a</sup> poderá servir ao País e às suas instituições. Enfim, a função política — já houve quem o dissesse — exerce-se de forma mais decisiva no Executivo, porque é no Executivo que a pessoa converte de forma mais direta — aquilo que De Gaulle, certa feita, disse que era o sentido da política — idéias em realidade. É através do Executivo que as idéias, como sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup>, se convertem em realidade. Por isso, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que sentimos este misto de alegria e de tristeza. Brasília tem suas virtudes. É certo que o fato de deixar, por um período, a Casa e o Congresso não quer dizer um afastamento físico, porque além da convivência, que certamente continuaremos a manter, a Esplanada dos Ministérios é muito próxima da Praça dos Três Poderes. Executivo e Legislativo cada vez mais — e isto é um preceito constitucional — precisam agir integrada e harmonicamente. Tenho consciência de que, se os Poderes são e devem ser independentes — e faço questão de frisar que é um preceito constitucional — eles não podem deixar de ser também harmônicos, sob pena de ferir este mesmo preceito. E V. Ex<sup>a</sup> vai contribuir, com a sua maneira peninsularmente aberta de agir, para a aproximação entre os dois Poderes. Por fim, quero dizer que a ida de V. Ex<sup>a</sup> vai representar, para nós do Senado e para todos do Congresso, uma forma de enlace entre as atividades do Executivo e do Legislativo. V. Ex<sup>a</sup> vai ser alguém que sai do Legislativo para o Executivo, mas que vai estar com olhos atentos a tudo que passa no Senado e na Câmara dos Deputados. Por isso, de alguma forma já antecipando saudades, com muito alegria, efusivamente o cumprimento e aproveito a ocasião para lhe desejar muito êxito, muito sucesso. Sei que Deus, que não lhe poupou qualidades, não deixará de abençoá-lo neste instante de transição do Legislativo para o Executivo. Quero prolongar os meus cumprimentos não somente aos seus coestaduanos aqui presentes, inclusive o Presidente do Partido no Estado, o ex-Deputado Emir, mas também aos

seus familiares, significativamente representados por sua esposa, a Irene, amiga de minha esposa Ana Maria, e ao seu pai, que dá, de alguma forma, na sua octogenária juventude, lições de civismo e cotidianas provisões de saber. Por isso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que os meus cumprimentos entendem-se os, mas também — por que não dizer? — aos seus familiares. V. Ex<sup>a</sup> tem uma família exemplar, e isto também contribui, e muito, para que V. Ex<sup>a</sup> tenha a serenidade e a disponibilidade de que necessita o homem público para bem incumbir-se de suas funções. Portanto, meus cumprimentos.

**OSR. ELCIO ALVARES** — Se soubesse que esta comunicação que estou fazendo agora seria tão marcada por manifestações dessa ordem, ter-me-ia preparado melhor. Vim de forma despretensiosa, mas apartes como esse do Senador Marco Maciel induzem-me a reflexão que quero prolongar no exercício da Pasta ministerial.

Tenho pelo Senador Marco Maciel respeito e admiração. Desde o primeiro momento em que chegamos aqui no Senado, Marco Maciel ensinou-me os caminhos corretos do exercício de mandato parlamentar pautado pelo extremo amor ao País e consciente das graves responsabilidade que todos temos. É muita emoção que começo a assimilar. Digo a esse notável Líder e companheiro: suas palavras serão permanentes, palavras que não posso deixar de cultivar, palavras que marcaram nossa conversa inicial. Agradeço até hoje pela clarividência das observações e pelo exemplo de probidade que V. Ex<sup>a</sup> tem me transmitido permanentemente. Se alguém tem de agradecer, sou eu, seu modesto liderado.

**O SR. VALMIR CAMPENO** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Ouço o Senador Valmir Campelo, com a alegria permanente que cultivamos na nossa amizade do dia-a-dia.

**O SR. VALMIR CAMPENO** — Obrigado, nobre Senador. Meu prezado amigo, Senador Elcio Alvares, o que eu poderia acrescentar diante de figuras tão eminentes da República? Penso que todos os Senadores já falaram aquilo que eu gostaria de dizer, inclusive o meu Líder, o meu amigo, meu irmão, Senador Jonas Pinheiro, que convive também diuturnamente com V. Ex<sup>a</sup>. Meu amigo Elcio Alvares, eu não poderia deixar aqui de prestar uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, em meu nome pessoal, já que o meu Líder falou em nome do meu Partido; e, como representante do Distrito Federal, esta Cidade que acolhe todos os Congressistas do Brasil inteiro, eu não poderia deixar de dizer da minha satisfação, da convivência amiga que tive e tenho com V. Ex<sup>a</sup>. Eu não poderia deixar de expressar o meu agradecimento pelos ensinamentos que V. Ex<sup>a</sup> me deu e fez com que eu seguisse a passos tão difíceis nesta Casa. Prezado amigo, Senador Elcio Alvares, aprendi a admirá-lo pelo seu conceito, pela sua capacidade, pela sua honestidade, pelo seu exemplo, e, principalmente, pelo homem, pelo pai de família que V. Ex<sup>a</sup> representa para o País e para a nossa Nação. Eu não poderia deixar também de dizer da minha satisfação nesta amizade, e deixar de transmiti-la a uma pessoa ainda tão importante como V. Ex<sup>a</sup>, que é a figura aqui presente do Sr. Ulisses Alvares, o seu pai, que representa um marco nesta família; e dizer também da presença amiga da Sr<sup>a</sup> Irene Alvares, esta pessoa que tão bem se relaciona com todas as esposas dos Senadores da República. Meu amigo Elcio Alvares, o Senado Federal perde, temporariamente, um Senador competente, exemplo para a nossa Nação; mas o nosso

País, a partir de amanhã, estará, naturalmente, ganhando um grande homem público na esfera do Executivo: o Senador Elcio Alvares, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo do Brasil. Que Deus o proteja, que Deus o conserve assim, um homem simples, honesto e competente, e que sirva sempre de lição para a minha geração e para outras gerações que se aproximam. Muito obrigado.

**O SR. ELCIO ALVARES** — No exercício do mandato parlamentar, de cada um recolhi lições. Às vezes, não há convivência, mas há elos profundos nos ligando no ideal comum de representar cada um dos nossos Estados.

Com o Senador Valmir Campelo, a história é um pouco diferente. Cada dia de convivência serviu para construir o edifício da amizade. A preocupação do Senador Valmir Campelo não era propriamente com o Senador Elcio Alvares, o Parlamentar; era com o homem que tem sonhos, tem ilusões, tem desencantos. Vivemos a intimidade da amizade. Talvez seja a coisa mais bonita que exista, a intimidade da amizade, onde confessamos aquilo que é o nosso anseio, a vontade de conquistar, onde confessamos as fraquezas — somos humanos e, como tal, às vezes somos fracos. Mas Valmir Campelo teve sempre uma palavra, que eu diria, não de solidariedade, mas de carinho. Às vezes, quando sentia que estávamos preocupados, S. Ex<sup>a</sup> nos trazia palavra de estímulo e levantava o suporte do ego de cada um.

Portanto, Senador Valmir Campelo, se este mandato aqui no Senado Federal vai me deixar a gratificação do exercício permanente de vida pública, talvez, um dos maiores patrimônios que levarei é a amizade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, a quem também erigi, desde os primeiros momentos, como Senador-padrão, como Senador-modelo, pela atitude retílinea, pelo comportamento exemplar e pelo acendrado amor não só ao Senado da República, mas também a este País, o qual queremos ver com dias bem melhores do que os atuais.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Elcio Alvares, com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, transfiro para mim a emoção que eu não gostaria de transmitir a V. Ex<sup>a</sup>. Eu queria, exatamente, aproveitar este aparte para V. Ex<sup>a</sup> poder se recompor um pouco da emoção que sei deve estar vivendo, neste momento, com tantas lembranças que aqui são trazidas pelos seus Colegas que o admiraram, pelas amizades muito profundas que fizeram no decorrer desses anos e que, aqui, já se manifestaram a respeito dos conhecimentos jurídicos de V. Ex<sup>a</sup>, de sua experiência administrativa, de sua ação parlamentar, da força de seu caráter. Tudo que foi dito aqui, eu só teria de subscrever, mas me sinto, neste momento, naquela situação que V. Ex<sup>a</sup> não deseja colocar como despedida. V. Ex<sup>a</sup> vai participar agora de um ministério, de qualquer maneira afastado do dia-a-dia do Senado Federal, e, quando retornar, estarei na minha Bahia, gozando as delícias de um ócio que espero ter merecido. Estou certo, Sr. Senador, de que V. Ex<sup>a</sup>, com sua inteligência, com seu espírito público, vai exercer essa função, esse cargo para o qual está sendo convocado, para dar orgulho e satisfação aos seus companheiros do Senado. Daqui, acompanharemos o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>. Lamento profundamente não estar, amanhã, em Brasília, para, abrindo uma exceção, ir à posse de V. Ex<sup>a</sup>. Mas não é necessário transmitir o abraço pessoalmente; este será transmitido, diariamente, no decorrer do seu trabalho, no exercício da sua missão. Seja feliz. Espero,

quando retornar, que de longe eu possa continuar aplaudindo V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ELCIO ALVARES** — O Senador Jutahy Magalhães muito contribuiu para que tivéssemos uma transição após o impeachment, feita com clarividência e patriotismo.

A participação do seu filho, jovem com todos os predicados de político honrado, de um político que tem uma visão do problema social como poucos, pintou, por inteiro, o retrato de seu pai. Eu diria que o Deputado Jutahy Magalhães Júnior é o milagre da renovação do Senador Jutahy Magalhães. O pai que tem um filho como o nosso Ministro Jutahy Magalhães Júnior, o pai que tem o prazer de vê-lo aqui brilhando na participação do seu Partido, o Partido Social Democrático Brasileiro, só pode ter um orgulho, eu diria, acima, talvez, dessas fatuidades que ornamentam a vida humana.

Jutahy Magalhães Júnior, seu filho, Senador Jutahy Magalhães, foi um Ministro indormido. No nosso Estado, o Estado do Espírito Santo, dir-se-ia, hoje, o Espírito Santo reivindique da Bahia aquilo que considero fundamental, ou seja, o direito de tê-lo como filho dileto, porque no Espírito Santo, se houve Ministro que gravou com letras de ouro a sua participação no Ministério do Governo Itamar Franco foi o Ministro Jutahy Magalhães Júnior. Não descuro um minuto sequer dos problemas da grande Vitória; estendeu seu braço de administrador nas cidades interioranas, e o nome do Ministro Jutahy Magalhães é um nome que se tornava popular, como se não bastasse as sólidas correntes de ligação familiar com a família capixaba que honra o nosso Estado.

Portanto, só queria fazer um reparo: homens do porte do Senador Jutahy Magalhães nunca podem dizer que estão à procura do ócio, mesmo que esse ócio seja o prêmio de uma vida ilibada; eles têm que estar sempre na posição de convocação. Tenha V. Ex<sup>a</sup> a convicção, no íntimo do seu peito, de que não houve um momento sequer, no exercício do seu mandato, que fraudasse ou vilipendiasse a confiança legítima do povo baiano.

Senador Jutahy Magalhães, neste momento, permita-me, quando tenho oportunidade de ocupar esta Tribuna, dizer que a participação de V. Ex<sup>a</sup> no Senado da República é exemplar; é paradigma para todos aqueles que aqui estão ou que não virão.

Não há nesta Casa nenhum funcionário, Senador, jornalista ou pessoa que freqüente o plenário do Senado da República que diga que o Senador Jutahy Magalhães deixou de ser o grande Senador da Bahia. Muito obrigado pela sua intervenção.

**O Sr. Iram Saraiva** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Ouço o Presidente da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Iram Saraiva. Quando aqui chegamos, não tínhamos nenhuma identidade. Iram Saraiva era mais um Senador dentro desse elenco de representantes magníficos que dão ao Senado da República a moldura exemplar de homens públicos. Mas tenho a certeza, hoje, Senador Iram Saraiva, de que entre nós há um grande vínculo de amizade. Queira Deus que possa, ao longo do tempo, corresponder à sua confiança e amizade e reiterar a admiração que mais cresce ainda no exercício permanente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Iram Saraiva** — Como é bom ser Elcio Alvares, caminhar pelos corredores do Senado e da Câmara, sempre

com a paradinha carinhosa de quem toca fundo, assim como se fosse aquele irmão que de repente conhecemos, a todos, sem exceção. Deputados, Senadores, servidores da Casa, jornalistas. Quando V. Ex<sup>a</sup> afirma que não tínhamos aquela intimidade, quero confessar a V. Ex<sup>a</sup> que eu já era um seu admirador. Esse homem público retilíneo, esse homem público que a Nação inteira aprendeu a admirar, não por ser o excepcional Elcio Alvares que conheço, mas, sobretudo, por ser esse político que o povo brasileiro vem procurando, vem reclamando. Quando nos atacam, por meio de ofensas ao Congresso Nacional, o que fere profundamente a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup>, sei que esse povo o exclui dessas críticas. Apenas generalizam. Quem não conhece o Elcio Alvares com quem convivi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, meu professor, que me orientava com os seus pareceres judiciais, pareceres dados com tanto conhecimento doutrinário e jurídico, que faz até mesmo do Presidente um aluno tão insignificante, que haverá de crescer, cada vez mais, ao ler o que V. Ex<sup>a</sup> escreve? Vou continuar lendo, como estou fazendo, atentamente essa obra que recebi com carinho desse gigante que comandou aquela Comissão que, para o País, era a Comissão da limpeza, mas que V. Ex<sup>a</sup> soube conduzir com isenção, como magistrado, como a Nação precisava tanto, não preocupado com os flashes, nem com o editorial fácil. Analisando passo por passo, o judicioso Elcio Alvares dava-nos lições que nem o Código de Processo Penal nos ensina. Eu diria que, sem exagero algum, se Clóvis Beviláqua e Rui Barbosa estivessem aqui no Senado, sentir-se-iam honrados em ser seus colegas. E busquei no Direito Civil homens do maior conhecimento jurídico brasileiro. Também sei que, se Heleno Fragoso estivesse aqui, beberia em suas linhas ensinamentos, porque, quando V. Ex<sup>a</sup> manifesta o seu parecer, queira escrito, queira oralmente, sinto uma pedagógica colocação do que é a verdadeira aplicação da justiça, com equilíbrio e com equidade. Tenho dito, lá em casa, que fiz muitos amigos no Senado; em Elcio Alvares, todavia, tenho um conselheiro. Continuarei buscando esses conselhos lá no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; vou buscar para este Senador humilde, para o Estado que aqui represento e que sei V. Ex<sup>a</sup> trata com muito carinho. Nobre Senador, não se esqueça nunca de Caldas Novas, que é um primor para o turismo brasileiro, ou de Vilas Boas de Goiás.

**O SR. ELCIO ALVARES** — É o primeiro pedido que estou recebendo, como futuro Ministro.

**O Sr. Iram Saraiva** — Lembro, ainda, de Pirenópolis das Cavalhadas, onde os mouros e os cristãos são vivenciados e relembrados sempre. Convido V. Ex<sup>a</sup>, que já esteve lá como Senador, a visitar esses pontos, como Ministro. Senador Elcio Alvares, quero dizer à Dona Irene que nós o consideramos de nossa casa — eu, Cida e meus filhos —, e ao Sr. Ulysses, que é o mesmo Ulysses da "Odisséia", que conseguiu, com os anos, singrar os mares, chegar até aqui e ver um filho alçar justamente os mais altos postos na República. Desejo-lhe toda a felicidade. Não nos separaremos. Ao contrário, unir-nos-emos mais. Agradeço a Deus por me permitir ser seu amigo. Muito obrigado.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senador Iram Saraiva, V. Ex<sup>a</sup> fez uma referência à qual gostaria de registrar, de coração. Meu pai está aqui ouvindo todos os meus colegas e, na modestia de sua vida, deve estar se indagando sobre esses conceitos tão generosos, que realmente me trazem consciência das lições ensinadas por ele, ao longo da vida. Papai tem 92 anos,

é um homem que sabe tudo. Quando conversamos, ele faz comentários sobre todos os problemas brasileiros, cobrando-me nosso comportamento aqui dentro do Senado. É um brasileiro comum, mas que representa o espelho do meu comportamento. Imaginem V. Ex<sup>a</sup>s, nesta breve e despretensiosa locução, sabendo que meu pai, há poucos dias, começou a ouvir novamente, a importância de tê-lo aqui percebendo exatamente o que está ocorrendo. Antes ele não ouvia, agora já consegue fazê-lo, graças aos milagres da tecnologia, e isso me faz feliz.

Senador Iram Saraiva, vamos fortalecer mais os laços de amizade, as almas afins, os sentimentos iguais, a compreensão da vida; tudo nos conduz ao estuário comum, ao estuário da fraternidade, que é mais forte que o interesse material, o interesse por postos, cargos ou funções.

Tive de V. Ex<sup>a</sup> ensinamentos e, em nenhum momento, deixou de ser para mim o exemplo de homem que sabe se afirmar, exemplo de homem forte, exemplo de homem que está a mostrar aquilo que considero o maior estandarte da sua posição, a inteligência. V. Ex<sup>a</sup> venceu todos os obstáculos e, hoje, não deixa de ser para mim modelo de personagem. Díria, passado o meu mandato, que o meu tipo inesquecível, um dia, quem sabe, foi o Senador Iram Saraiva.

**O Sr. Mauro Benevides** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, sobre Senador Elcio Alvares?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Iria prosseguir, logicamente tocado pelo sentimento que o Senador Jutahy Magalhães, que já me fotografou, sabe exatamente estar acontecendo dentro de mim. Estou me segurando aqui com pertinácia, para usar o termo do Senador Mauro Benevides. Porém, tenho de abreviar, por causa do tempo e porque as emoções estão começando a formar no meu interior um peso que, para mim, é o mais importante: o da amizade.

Irei ouvir, logo, o Senador Mauro Benevides. Todavia, concedo, antes aparte ao Senador Irapuan Costa Júnior, que vai me honrar com sua intervenção, a qual considero importante no momento em que estou fazendo a comunicação de breve despedida para exercer o cargo de Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Ouço, pois, o Senador Irapuan Costa Júnior e, em seguida, como alegria, o Senador Mauro Benevides, a quem quero dedicar uma palavra do afeto mais profundo.

Senador Irapuan, por favor.

**O Sr. Irapuan Costa Júnior** — Agradeço ao meu Líder Mauro Benevides pela compreensão, e digo que não permitiria que V. Ex<sup>a</sup> fizesse a sua peroração sem antes ouvir este meu aparte. Eu não abrira mão dele, porque conheço V. Ex<sup>a</sup> há 20 anos, desde que assumiu o Governo do seu Estado, em que se houve com muita proficiência, com muita seriedade, com muita honestidade. E eu era, nessa época, seu colega no Governo de Goiás. Estivemos várias vezes juntos e falamos dos sonhos que saíam dos nossos corações, das idéias que elaboravam as nossas mentes e até do trabalho que com nossas mãos estávamos executando. V. Ex<sup>a</sup> no seu Estado e eu no meu. E hoje, quando V. Ex<sup>a</sup> assume um importante Ministério neste País, gostaria de dizer que é com muita satisfação que vejo essa Pasta entregue em suas mãos, porque se há uma palavra para defini-lo, meu caro Senador Elcio Alvares, essa palavra é a seriedade. A seriedade não é uma qualidade só, são muitas, e V. Ex<sup>a</sup> as tem. Homem sério é aquele que usa a sua inteligência para desempenhar bem a sua função e, no caso nosso, desempenhá-la em benefício do p... Brasil.

leiro, e V. Ex<sup>a</sup> não tem feito outra coisa nesta Casa; homem sério é aquele que respeita o dinheiro público, e esse é um traço na vida de V. Ex<sup>a</sup>; homem sério é aquele que trata com lhança os seus colegas, e ninguém mais lhamo do que V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa; e que trata bem também os seus funcionários, e todos nesta Casa hão de concordar comigo que V. Ex<sup>a</sup> é um homem, é um professor no trato com aqueles que convivem com V. Ex<sup>a</sup>. Então, quando falo que V. Ex<sup>a</sup> é, para felicidade de nós, seus colegas, do Governo que passa a integrar e de todo esse povo brasileiro que se debate em uma crise, eu falo para economizar palavras, mas fico repetindo que quando digo que V. Ex<sup>a</sup> é um homem sério é porque vejo nossa qualidade muitas outras resumidas. Muito obrigado.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Agradeço comovido a intervenção do Senador Irapuan Costa Júnior, que foi meu companheiro nos mesmos anelos de governadoria.

Vivemos um momento particularmente ímpar na História do País. Lá no Estado de Goiás, a participação de Irapuan Costa Júnior foi intensa para a fixação de comportamento de vida pública. Hoje, esse eminentíssimo Senador tem tido aqui uma posição que em todos os momentos honrou a confiança do povo de Goiás. Por certo, como companheiros do futuro, vamos ainda dizer as mesmas palavras de compreensão, como se fossem os idos de 1975, quando tivemos a responsabilidade de dirigir nossos respectivos Estados.

Muito obrigado, Senador Irapuan Costa Júnior.

Permita-me o Senador Mauro Benevides fazer uma colocação. Vejo, com ternura fora do comum, o Senador João Calmon. E se até agora não lhe dei o aparte que ele merece — os colegas vão me perdoar — é porque eu gostaria de encerrar esta moldura — se o Senador João Calmon me permitisse —, com a sua palavra. João Calmon, em todos os momentos, na convivência de amizade fraterna, tem sido um conselheiro. O seu comportamento como Senador e Deputado do Espírito Santo marcou fase dourada na vida parlamentar do meu Estado. Se o Senador João Calmon me permitir essa pequena reivindicação, me dê o privilégio de ser o último dos meus colegas a falar, porque vou levar as suas palavras no mais recôndito da minha alma, como advertência e conselho.

Com a aquiescência do Senador João Calmon, ouço o Senador Mauro Benevides. Se me permitir o Senador Mauro Benevides, estou fazendo ao contrário, porque a homenagem é minha para todos os colegas. Não estou abrindo mão de dizer isso, nesses momentos inesquecíveis.

Sobre o Senador Mauro Benevides, diante dos meus familiares, da minha mulher, do meu pai, dos meus amigos, digo, porque é preciso que eles saibam: se, em muitas vezes, pude dar o melhor do meu esforço em favor do País e desta Casa, a presença de Mauro Benevides foi fundamental. Em nenhum momento deixei de recolher sua palavra de estímulo. Lembro-me de instante histórico em minha vida, quando, evidentemente, nos albores do mandato, existiam dúvidas daquilo que seria capaz ou incapaz de fazer.

Na escolha do Presidente da Comissão Especial que processou o **impeachment** do Presidente Fernando Collor, a intervenção do Senador Mauro Benevides foi decisiva, entregando-me uma das tarefas da mais alta responsabilidade que desempenhei até hoje, com palavras que foram não palavras generosas, mas palavras de estímulo e de confiança. Tenho — declaro isso de público, para que todos ouçam — o maior

respeito pela probidade do Senador Mauro Benevides, pela sua integridade, e, acima de tudo, por uma vocação de vida pública que considero insubstituível para o Estado do Ceará.

Senador Mauro Benevides, o seu aparte, neste momento, fecha longo ciclo de gestos generosos de sua parte, dando-me a noção da responsabilidade do meu mandato, mas muito mais ainda, demonstrando amizade inestimável e que quero declarar, neste momento, enquanto viver, imorredoura. Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Elcio Alvares, que praticamente me inibe, pelo impacto da emoção, de proferir aquele aparte que eu gostaria de fazer neste instante, absolutamente tranquilo de que a Mesa, presidida pelo Senador Beni Veras, não seria nunca implacável, inflexível na aplicação do rigor regimental, limitando o nosso tempo no instante em que exaltamos a sua figura como Parlamentar e, sobretudo, o acerto da escolha do Presidente Itamar Franco, que veio pinçar, nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> para servir no primeiro escalão do atual Governo da República. V. Ex<sup>a</sup> mencionou, há poucos instantes, aquele episódio inapagável para a sua vida pública, espetáculo inovável, diria eu, para a história político-institucional do País, quando o Senado, em 1992, teve que julgar o ex-Presidente Fernando Affonso Collor de Mello. E, dentro daquele roteiro que se traçaram de normas procedimentais que, instaurado o processo, teriam de ser seguidas de modo rígido, pelas recomendações da Lei nº 1.079, pelos incisos constitucionais e, sobretudo, porque o juiz processante, trazendo para esta Casa toda a sua experiência judicante, as estabeleceu todas, precisavam fazer com que o Senado Federal cumprisse, de forma exemplar, todo aquele rito de medidas e de providências, inclusive aquelas que deveriam assegurar ao acusado o seu direito de defesa. V. Ex<sup>a</sup> ressalta que, como Presidente da Casa e com o apoio indiscrepante das Lideranças, conseguimos identificar em V. Ex<sup>a</sup> a figura ideal para assumir uma posição delicada. V. Ex<sup>a</sup> reunia os atributos de jurista com longo tirocínio, com experiência, com atuação no foro do seu Estado e com intervenções, também, junto aos Tribunais Superiores aqui em Brasília, e V. Ex<sup>a</sup> alivava tudo isso a sua condição de político experimentado, um homem que tinha trânsito junto a todas as bancadas. Então, naquele momento, V. Ex<sup>a</sup> desponhou, diante de mim, Presidente da Casa, e diante de todos os seus companheiros, como a escolha ideal, como o homem talhado para presidir aquela Comissão, que teve como Relator o nobre Senador Antônio Mariz. E, daquela conjugação de esforços, resultou um parecer lapidar, iniciando por ele todas as normas que se seguiram àquela primeira manifestação que, em menos de 24 horas, o Senado tomou conhecimento, pelo empenho de V. Ex<sup>a</sup>, pela clarividência do Relator e pela manifestação de confiança dos 21 membros daquele colegiado que constituímos imediatamente com a instalação do processo. Neste instante, nobre Senador Elcio Alvares, poderia destacar, como já o fizeram outros companheiros, o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> nas comissões, a sua atuação neste plenário, atuação permanente, na tribuna, nos apartes, nos conciliábulos, promovendo a superação de dificuldades imensas. Recordo-me que, numa manhã de sexta-feira, V. Ex<sup>a</sup> assomou a esta tribuna, que hoje honra e dignifica mais uma vez, e defendeu as Santas Casas de Misericórdia de todo o País, que atravessavam, naquele momento, uma situação de verdadeira insoléncia, pela inadimplência do Ministério da Previdência e dos órgãos do Governo Federal que se recusavam, criminosamente, a repassar os recursos devidos às Misericórdias. V.

Ex<sup>er</sup>, como homem que apóia o Governo, vem à tribuna e, de forma contundente, incisiva, profligou aquele atraso e fez um apelo lancinante; depois, ocupou muito mais do que a tribuna do Senado Federal, onde ressoa a sua voz tonitrua, ocupou uma cadeia de televisão, por delegação do próprio Presidente da República, que via em V. Ex<sup>er</sup> a figura escolhida para concluir a Nação naquele momento a um posicionamento, e a afirmação de que o poder público não faltaria, naquele instante, àquelas instituições hereditárias. Tudo isso insere-se em seu currículo. Eu me permitiria, agora, citar um fato recente: há poucos dias, quinta-feira passada, no Salão Nobre do Senado Federal, sob o patrocínio da própria Mesa Diretora da Casa, com a nossa adesão espontânea, V. Ex<sup>er</sup> autografava seu livro sobre o **impeachment**, revelando, ao mesmo tempo, o jurista, o político e o historiador, que permitiu, não a nós, contemporâneos desse fato, mas, sobretudo, às gerações vindouras, o conhecimento exato do que foi um dos grandes momentos da vida política do nosso País. V. Ex<sup>er</sup> há de se recordar que estava eu à direita do Presidente Sydney Sanches e fui instado a ouvir o advogado Moura Rocha ler, dirigida a mim, Presidente do Congresso, e não ao Juiz Processante, Sydney Sanches, aquela carta singela de renúncia do Presidente Fernando Affonso Collor de Mello. Minutos antes, talvez uma hora antes daquela sessão, em meu gabinete — gabinete hoje ocupado pelo Senador Humberto Lucena —, V. Ex<sup>er</sup> e eu havíamos prognosticado aquela hipótese que afinal se configurava. Discutiu-se, na ocasião, quem seria a autoridade competente para receber a carta de renúncia: se o Presidente da sessão, Ministro Sydney Sanches, ou se eu, que não ocupava a cadeira principal, mas que integrava a Mesa na condição de Presidente do Senado. Recordo-me, com absoluta precisão, que V. Ex<sup>er</sup> disse: — Meu Colega, meu Presidente, a autoridade para receber a renúncia é o Presidente do Congresso Nacional. V. Ex<sup>er</sup> é que deverá recebê-la, se realmente for essa a intenção do Presidente da República. — Aquela situação configurou-se com absoluta nitidez. V. Ex<sup>er</sup> teve a visão de futuro para me identificar aquele caminho. Tenho certeza de que o seu livro está fadado a ter a mais ampla repercussão junto aos historiadores, sociólogos, estudiosos de todos os níveis, e não apenas junto aos profissionais de Direito; enfim, a toda gama de pessoas que desejam conhecer um dos episódios mais delicados da nossa história política. Esse livro será lançado, nos próximos dias, junto aos seus conterrâneos, daqui seguindo João Calmon, que é um capixaba cearense, e Gerson Camata; os Deputados e todos nós que nos agregaremos, numa adesão espontânea para vê-lo autografar seu livro, tendo ao seu lado essa dama extraordinária que é D. Irene Alvares e seu pai que, na vitalidade dos 90 anos, também vibrará quando seus conterrâneos o aplaudirem vendo-o consagrar uma atividade político-parlamentar, transplantada naquele livro, que sinaliza, sem dúvida, um trabalho profícuo e fecundo que V. Ex<sup>er</sup> vem realizando como Senador da República, representando o Estado do Espírito Santo. Lamento que V. Ex<sup>er</sup> tenha que deixar o Senado Federal por algum tempo para servir ao Governo Itamar Franco, para levar, naturalmente, ao Presidente Itamar a marca de apoio desta Casa, representada não apenas pela sua bancada, mas pela expressão indiscrepante, generalizada, de todas as bancadas. Para desgosto nosso — e falo como Líder do PMDB, neste instante — V. Ex<sup>er</sup> não integra os quadros peemedebistas. V. Ex<sup>er</sup> chega ao Poder Executivo com a unanimidade do Senado Federal. Quando o Presidente Itamar Franco ouvir os apartes e o discurso de V. Ex<sup>er</sup>, na tarde de hoje, ele procla-

mará para si próprio e para aqueles que integram o círculo mais próximo das decisões governamentais: — Finalmente, acertei! Escolhi um grande Ministro que no Congresso terá trânsito suficiente para superar, às vezes, a falha e a omissão de lideranças dos partidos que me apóiam. — Não é que eu queira hipertrofiar V. Ex<sup>er</sup> para assumir uma postura de coordenação no Governo. Não! Sei que V. Ex<sup>er</sup> conhece as limitações do seu cargo e das suas atribuições, mas isso seria como uma força telúrica que V. Ex<sup>er</sup> irradiaria sobre seus colegas do Senado, para que nós nos dispuséssemos a dar uma colaboração, não apenas ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, mas, sobretudo, ao Governo Itamar Franco como um todo, já que ele teve o privilégio de contar, na pessoa de V. Ex<sup>er</sup>, com um auxiliar direto, capaz, competente, de espírito público inexcedível, que deixa o Senado abrindo uma lacuna entre nós, seus amigos, mas vai trabalhar com a dimensão bem maior, não apenas na tribuna, nem nas Comissões desta Casa: V. Ex<sup>er</sup> vai atuar como Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, e vai, sem dúvida, impulsionar esses setores vitais da máquina administrativa federal. A nossa saudação, Senador Elcio Alvares, a minha própria e da minha bancada, o PMDB!

**O SR. ELCIO ALVARES** — Se emudecesse agora, nessa tarde-noite tão gratificante para mim, a culpa seria do Senador Mauro Benevides. Já falei tanto pela vida afora, já discurai, já fui para comícios, já negociei coisas de Governo e sempre fiz da palavra meu instrumento de emoção e de trabalho, mas há essa afirmação comum de que, às vezes, as pessoas emudecem porque não sabem dizer aquilo que a emoção perturba.

Conversamos tanto, Mauro Benevides e eu, numa linguagem coloquial, numa linguagem de amizade: Mauro me contando sua vida, e eu dizendo a ele as minhas coisas. Em momento algum, somos Senadores da República. Simplesmente amigos diletos.

Penso que um dos sentimentos mais importantes no homem é o da gratidão. O homem que não é grato não merece nenhuma amizade. Se, neste momento, proclamo desta tribuna minha gratidão a Mauro Benevides, quero dizer, por inteiro, porque os gestos, as palavras foram fundamentais para sentir, com toda a intensidade, a grande alma desse cearense que presidiu esta Casa com tanto brilhantismo, com tanta inteligência.

Lembro-me de Mauro Benevides nas sessões do Congresso, dando toques geniais de inteligência. Mauro Benevides, às vezes, até com perspicácia, fazia observações que eram marcas vivas daquilo que é seu maior patrimônio, e ninguém tenha dúvida disto: o espírito aformoseado pelas coisas da cultura, do talento e — diria mais — da vida pública.

Senador Mauro Benevides, há expressão singela, mas que, quando dita da maneira como vou dizer agora, é a expressão total de gama infinita de vivências, síntese perfeita das nossas conversas do dia-a-dia: Senador Mauro Benevides, muito obrigado!

**O SR. AUREO MELLO** — V. Ex<sup>er</sup> permite-me um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** — Senador Aureo Mello, o Amazonas está lá em cima, e o Espírito Santo está ali na costa do Brasil, recebendo o afago do Atlântico; mas nós conseguimos um milagre: juntamos o Espírito Santo ao Amazonas em uma vizinhança que, para nós, para a minha família, é altamente honrosa.

O Senador Aureo Mello é homem que tem a sensibilidade na ponta dos dedos; o Senador Aureo Mello é um homem de coração imenso, que abriga dentro dele as amizades infinitas.

Senador Aureo Mello, ouço sua palavra.

**O Sr. Aureo Mello** — Muito obrigado, Senador Elcio Alvares. Tenho a impressão até de que eu é que vou ser o Ministro e não V. Ex<sup>a</sup> (Risos). Realmente há um provérbio, muito conhecido, que diz que por trás de um grande homem sempre existe uma grande mulher. Eu, antes de qualquer outra coisa, quero fazer aqui uma saudação muito amiga e sincera à ilustre cantora e intelectual e grande esposa e grande amiga, que é a Dona Irene Alvares. Nessa vizinhança, a que V. Ex<sup>a</sup> acabou de aludir, D. Irene tem-nos revelado uma coisa que realmente não é fácil descobrir: aquela infinita bondade espontânea, que não é formada de uma postura ou de uma atitude artificial; é alguma coisa que nasce dela própria e, por isso mesmo, atinge diretamente o nosso coração e nos comove. Realmente impressiona porque é muito rara, é muito incomum. No infiusto acontecimento da morte da minha filha, Neomênia, em um desastre de automóvel, que ontém completou três meses, D. Irene foi uma amiga, uma irmã, uma mãe, foi até uma visão celestial. O carinho com que nos tratou, a assistência que nos dispensou, a solidariedade humana que revelou a todo instante fizeram de nós seus amigos imperecíveis e fizeram a nossa gratidão ser absoluta e imorredoura, naturalmente extensiva a toda a família de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Elcio Alvares. Realmente, por trás de um grande homem, sempre existe uma grande mulher. Por isso, antes de mais nada, quero formular esta saudação a D. Irene na certeza de que, em toda a trajetória de grandeza de V. Ex<sup>a</sup>, está presente aquela manifestação de inteligência, de bondade, de amor e de carinho espontâneos, que são peculiaridade dela, para nós revelada naquele infiusto ensejo. V. Ex<sup>a</sup> irá ocupar o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, da mais profunda responsabilidade e significação neste País. Quem sabe o que é gerir ou comandar a indústria no Brasil, quem sabe o que será lidar com todas as instituições e com toda a coletividade comerciante do Brasil; quem sabe, afinal, que, partindo dessas duas alas prosaicas, V. Ex<sup>a</sup> também terá sob a sua responsabilidade a importante tarefa de coordenar o turismo brasileiro, pode imaginar o que o espera, qual o tremendo encargo que lhe é atribuído e qual, ao mesmo tempo, a prova de confiança que o Presidente Itamar Franco está depositando na sua pessoa de jurista, na sua pessoa de Parlamentar, de homem de inteligência, de sensibilidade e de lhanura indiscutíveis. Somente assim poderá V. Ex<sup>a</sup> capitaneiar, ser o bom timoneiro dessas parcelas importantíssimas da sociedade brasileira e vir a bom porto fazer com que a indústria se veja feliz, satisfeita e integrada, ao mesmo tempo, com as suas tarefas essenciais, que representam o futuro deste País; o comércio, que é uma atividade tradicional no Brasil desde os tempos do seu descobrimento, e também essa porta nova, quase celestial que se abriu e está abrindo ainda agora, cada vez mais — o turismo brasileiro —, que alcançará Estado por Estado porque cada Estado brasileiro é um pedaço do paraíso, é um reino encantado, cheio de coisas maravilhosas, é uma trajetória para ser feita pelos anjos e por aqueles que querem conhecer um pedaço do céu. Senador Elcio Alvares, V. Ex<sup>a</sup> tem pela frente uma missão gigantesca, mas tenho certeza — e tenha V. Ex<sup>a</sup> essa certeza — de que V. Ex<sup>a</sup> saberá se desincumbrir plenamente, em função da sua cultura.

da sua inteligência e do seu temperamento. Encontrará também no Senado a solidariedade dos seus companheiros e amigos, que estão preparados e dispostos a ajudá-lo e a fazer com que o nome de V. Ex<sup>a</sup> cresça na mesma proporção que o seu Ministério se alevantará. Portanto, nobre Ministro Elcio Alvares, bom êxito na sua nova missão; que o Presidente Itamar Franco se sinta realmente recompensado pela inspiração que teve em apontar o nome de V. Ex<sup>a</sup> para seu Ministério; que o seu partido também se sinta gratificado pelo fato de tê-lo apontado como seu representante para o Ministério. Encerrando as minhas palavras com chave de Aureo — não com chave de ouro, porque quem vai encerrar com chave de ouro é o nobre Senador João Calmon — desejo sinceramente a V. Ex<sup>a</sup> todas as venturas; à sua senhora, toda a alegria possível, decorrente dessa sua nova atividade; ao seu venerando pai, aquele orgulho indiscutível que todos os pais sentem pelo triunfo dos seus filhos; e ao Espírito Santo, ao glorioso e rico Estado do Espírito Santo, envio os parabéns e a certeza de que, através desse ilustre filho seu, ele estará sendo vitorioso, mais uma vez, no campo da atividade pública. Concluo, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que não esqueça aquele Estado pequenino e modesto, humilde e próximo, chamado Amazonas, que lá, no extremo norte, abre os seus braços para acolher os turistas e para ser transformado, quem sabe, numa fábrica de navios potentes, que possam singrar aqueles rios, estradas líquidas que ali estão e, ao mesmo tempo, a fábrica das armas poderosas que impeçam a cobiça internacional de levá-lo de uma vez do Brasil. Parabéns, portanto, Senador Elcio Alvares e muito sucesso na sua nova missão de Ministro mais poderoso de toda a República.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Num mundo de violência e de incompreensões, há que se colocar a poesia. A poesia é fundamental para que os homens entendam que são racionais e têm sentimento.

O Senador Aureo Mello, que nos honra com a lhanura do seu espírito e da sua amizade, coloca poesia em tudo que diz, em tudo que fala. Hoje, me surpreendo aqui quando o Senador Aureo Mello — Senador, por inteiro, me leva também a reflexões de ordem administrativa e de posicionamentos que têm que ser feitos em favor do seu Estado, o Amazonas, para o qual, dentro da visão do turismo ecológico, certamente merecerá lugar de destaque em qualquer projeto do Ministério do Turismo.

Se o Senador Aureo Mello me permitir, em nome de minha mulher Irene, devolvo, com o mesmo carinho, o mesmo afeto, todas as demonstrações de ternura que ensejou a minha mulher viver um momento importante na sua vida. Devolvo à D. Tereza essa expressão de alma interior que V. Ex<sup>a</sup> transmite a todo momento, dando aos fatos não o lado material, mas o lado espiritual, o lado que realmente alimenta aquilo que temos de mais sagrado: a sensibilidade e o íntimo que, às vezes, é insondável, diante das agruras e dores humanas.

Senador Aureo Mello, somos vizinhos, tão juntos e tão perto; nos momentos de alegria, sempre estivemos presentes; na ausência, nos momentos de dor, dediquei-lhe uma prece; acho que foi muito mais importante quando a Irene disse aquilo que pensávamos: que minha prece não fosse uma prece solitária.

Portanto, muito obrigado, muito obrigado mesmo, e, tenha certeza, sua palavra foi momento de ternura; ternura que só os poetas sabem fazer.

Chego na fase derradeira, não diria sucumbido pela emoção; chego à fase derradeira consciente das graves responsabilidades. E inverto, da maneira mais informal possível, o sentido do discurso: não concedo o aparte, exijo-o.

Para encerrar essa grinalda tão bonita de palavras, que hoje ornamentaram minha personalidade, faladas por vozes inesquecíveis, convoco, reclamo, exijo o aparte desse grande Senador do Espírito Santo, meu dileto e fraterno amigo, Senador João Calmon, de quem recolho as palavras finais com emoção e muita amizade.

**O Sr. João Calmon** — Sr. Presidente, nobre Senador Elcio Alvares, Srs. Senadores, neste momento, falo por delegação do nosso eminente Colega, Senador Gerson Camata, que ficou retido em nosso Estado, mas me pediu que saudasse V. Ex<sup>a</sup>, em nome do nosso futuro Governador e dileto amigo de todos os membros do Senado Federal. Falo também por delegação de um irmão de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Elcio Alvares: José Carlos da Fonseca, ex-Deputado Federal, aqui presente, e que desde o primeiro minuto aqui permaneceu para lhe prestar esta homenagem, que é uma das mais emocionantes de que participei nos 31 anos de minha vivência no Congresso Nacional. A minha homenagem maior, nobre Senador Elcio Alvares, dirige-se à doce Irene, que aí está na tribuna de honra, e ao seu amado pai, nos seus 90 anos, bem vividos, que tem como título maior de glória da sua vida V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Elcio Alvares. O nosso Estado, geograficamente tão pequeno, vai ter, a partir de amanhã, o seu quarto ministro, depois de Eurico Sales Aguiar, que foi titular da Pasta da Justiça; de Ernane Galvães, Ministro da Fazenda; do recentíssimo Ministro Romildo Canhim, titular da Pasta da Administração. Estou certo de que depois da sua fulgurante atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o **impeachment** do então Presidente Fernando Collor e da CPI do Orçamento, V. Ex<sup>a</sup> ocupará um lugar de singular relevo na História da terra capixaba. Por mero acidente, V. Ex<sup>a</sup> nasceu em Ubá, Minas Gerais, mas todos nós não abrimos mão da sua condição de capixaba, capixaba que adora a nossa terra e que honra o nosso Estado. Creio, nobre Senador Elcio Alvares, nesta rápida saudação, que V. Ex<sup>a</sup> preenche as três condições que, segundo aprendi em uma visita a uma academia política na então República Federal da Alemanha, devem marcar a vida de um homem público: o primeiro requisito é ficar em paz com a sua consciência, e é o que V. Ex<sup>a</sup> tem feito ao longo de toda a sua fulgurante carreira política; em segundo lugar, defender os interesses do seu país — e V. Ex<sup>a</sup> não tem feito outra coisa ao longo do exercício dos seus mandatos de Deputado Federal, Governador do Estado e Senador da República — vindo apenas, em terceiro lugar, seguir as diretrizes do seu partido. Creio que V. Ex<sup>a</sup>, que cultiva a modéstia, talvez ainda não tenha feito uma análise sobre sua carreira política. V. Ex<sup>a</sup> passou quatro anos como Governador do nosso Estado. Lembro-me de um momento culminante da sua vida, quando estava no plenário do Auditório Petrônio Portella, não na Mesa que dirigiu os trabalhos. Era apenas, eu diria, um dos numerosos membros da CPI. De repente, sem que V. Ex<sup>a</sup> sequer tivesse sido programado como um dos oradores, naquele momento culminante da vida do Congresso brasileiro, em todos os tempos, V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra e, num improviso realmente antológico, que jamais esquecerei, arrebatou não apenas aqueles que se encontravam no Auditório Petrônio Portella, mas eu diria milhões de brasileiros que acompanhavam, através da televisão, todos os detalhes daquela sessão inesquecível. Agora, como coroamento

desta fase da sua fabulosa vida pública, porque outros êxitos o esperam. V. Ex<sup>a</sup> se prepara para assumir um Ministério do Governo Itamar Franco. Estou certo de que V. Ex<sup>a</sup> vai honrar cada vez mais aquele Estado que elegeu como a terra do seu coração. A sua honestidade, a sua correção como homem público, como chefe de família, como amigo, cuja capacidade de conquistar amizade, de mantê-las e consolidá-las cada vez mais representam um tipo de glória. Eu não poderia deixar de dirigir estas palavras em nome de todos os seus conterrâneos do Espírito Santo, desde o distrito mais humilde à nossa bela Capital. Que Deus o abençoe, nobre Senador Elcio Alvares, honrando a vida pública deste País como um dos seus astros mais fulgurantes.

**O SR. ELCIO ALVARES** — Vou conversar com o Senador João Calmon como se estivesse conversando com o velho Ulysses, no alto dos seus 92 anos. Não que exista entre nós uma grande diferença de idade, mas sim porque tenho por João Calmon respeito que chega a ser filial. Quando vejo Calmon fazendo a pergunta — que para mim está sendo habitual: “Onde anda o italiano?” —, respondo-lhe sempre que Camata tem um modo de agir bem diferente do nosso. Camata é um vitorioso permanente. Camata é, talvez, o modelo de político no Espírito Santo que ganhou todas as eleições, um verdadeiro feiticeiro do voto. Mas quando João Calmon pergunta por Gerson Camata e a ele se refere de maneira tão afetuosa como “o italiano”, é o Calmon pai, o Calmon conselheiro, o Calmon que tem cuidado por nós.

Sei que comigo João de Medeiros Calmon — nome que é uma legenda, que entrou na História do Brasil de maneira tão afirmativa pela coragem, “João Sem Medo” —, é excessivamente generoso. Generosidade que brota da convivência de tantos anos e, agora, neste grande milagre do Senado que vou revelar: esta Casa é uma usina permanente de amizades. Os que ingressam neste plenário são tocados por um feitiço, cujo sabor os que estão lá fora talvez não entendam. Não é corporativismo, não é espírito de classe; é irmandade, identidade de propósitos. E João Calmon reina aqui pela grandeza de seu exemplo, pela vida toda marcada por episódios que servem de reflexão. João Calmon não é somente esse paladino da educação constante, toda hora falando, pedindo verbas, pedindo respeito ao Texto Constitucional, dizendo ao Ministro Murilo Hingel da importância da sua visão de idealista. As vezes, até, João Calmon é o Senador da Escola Técnica de Colatina, que foi na verdade a corporificação material dos seus sonhos. O João Calmon que fala, que vai ao exterior defender a educação; o João Calmon que para nós, permanentemente, é apóstolo da educação, um dia pegou o ideal dos infinitos do seu espírito, da sua inteligência e plantou o ideal lá em Colatina. Uma escola técnica que pelos tempos afora vai testemunhar, na força dos alicerces, do cimento, do ferro, a grandeza deste homem que teve o dom sublime de perceber que a educação é a pedra angular de um povo que deseja alcançar lugar privilegiado no concerto das outras nações.

João Calmon foi companheiro nos meus albores na televisão, quando se iniciava, no Espírito Santo, os primeiros momentos de imagem — imagem fugidia. Mas era João Calmon que estava ali dando o toque de pioneirismo que o Espírito Santo viu. Ali, quem sabe, nas primeiras aparições no vídeo, o político Elcio Alvares começava a ensaiar os passos iniciais através dos Diários e Emissoras Associadas, representados pela TV Vitória.

João Calmon é uma figura que o Camata um dia, na penitência dos seus pecados políticos — e teve alguns, inclusive

em relação a mim — quando o destino do Espírito Santo foi decidido por um gesto de Camata, que nos deu uma penitência muito grande, que amarguramos até o dia de hoje, a derrota da eleição de 1986. João Calmon foi para Camata, num determinado momento, a absolvição do seu pecado político — se pode existir mais alguns que catalogo ao lado daquela memorável eleição de 1986. No momento em que Gerson Camata, na força do seu prestígio, Camata que era a grande força que comandava o processo eleitoral, percebeu que a força do poder econômico, a força dos conchavos políticos estava atropelando o homem santo no seu comportamento político, não teve dúvida e, atendendo às instâncias do amigo dileto do Senador João Calmon, o Rui, fez uma carta ao povo do Espírito Santo dizendo da importância da eleição de João Calmon. A voz de Camata ficou em 1986. É dessas vozes que têm a força de eco extraordinário e ela percorre por todo o Espírito Santo. E agora, nas imediações da eleição de 1994, Gerson Camata não vai falar sozinho; Gerson Camata vai contar com um companheiro ao seu lado, chamado Elcio Alvares, dizendo ao povo do Espírito Santo que a luta de João Calmon pela Educação é tão nobre que deve ser a moldura de uma eleição, que será um preito de gratidão de todos os capixabas, àquele que, em nenhum momento, descurou do seu ideal e, com uma simplicidade de gestos, mas uma dedicação obsessiva à causa que abraçou, inscreveu-se neste País como o grande paladino da Educação brasileira.

Meu amigo João Calmon, meu companheiro João Calmon, meu conselheiro João Calmon, sabemos como tudo comeca. Amanhã, dou o primeiro passo para participar de experiência nova na minha vida pública. Vou dirigir um Ministério. O que será a trajetória desse Ministério, somente Deus poderia responder, se nos desse o privilégio da antevista do futuro. Todavia, vou levar ao lado dessas preces que recolhi de votos de êxito, as palavras maiores daqueles que podem me falar, no sentido do aconselhamento.

Tantas lições hoje recolhi, que estão dentro de escrínio dourado como provas vigorosas de que a amizade é a alavancas que nos leva a realizar e a fazer as obras e as tarefas.

Encerro, João Calmon, dizendo a você que — e permita-me agora a intimidade, a intimidade do companheirismo, cadeira lado a lado — se alguma coisa posso pedir em seu favor, pela verticalidade do seu comportamento, é que o nosso povo do Espírito Santo, nos confins lá de Mucurici, nas barrancas do rio Itabapoana, esse rio Itabapoana tão claro e tão querido do Deputado José Carlos da Fonseca — que agora me honra com sua presença desde o primeiro momento, e que agradeço de coração, porque é toda uma história de vida, uma história dos primórdios da vida pública — então, João Calmon, quando você cruzar os mais longínquos rincões do Espírito Santo, ao passar pela sua Baunilha querida, onde estaria, ao lado da estrada, a casa em que nasceu João Calmon, Deus coloque a mão sobre sua cabeça, João Calmon, e o proteja da maneira mais sublime que um homem pode ter a proteção divina e faça com que todos os capixabas compreendam que sua missão não é uma missão que acabe com este mandato; sua missão é uma missão que nunca terá fim, porque os idealistas vivem em razão do ideal; e no dia em que morrem deixam exemplos que são cultivados como tochas ardentes e passadas de mão a mão, na carreira e no revezamento daqueles que, seguindo os exemplos, sabem perpetuar, pelo menos lá fora, os nomes que aureolam a vida pública brasileira.

No dia em que se escrever a história do Espírito Santo, no dia em que se falar da Educação no Brasil, vamos colocar

dentro de relicário exemplar a figura que diria, na luta em favor da Educação, quase santa, de João Medeiros Calmon, que, para honra minha, integra a bancada do Espírito Santo, e que, na última palavra desta comunicação, tocou no meu sentimento com a sensibilidade que somente os espíritos privilegiados são capazes de fazer. Muito obrigado, Senador João Calmon, orgulho e glória da representação do Espírito Santo no Senado da República.

Meus companheiros, agora faço o convite universal. Não tive tempo de redigir convites, e quero fazê-lo desta tribuna. A partir de amanhã o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo será o prolongamento do gabinete de cada um. Quero recebê-los da mesma forma, de braços abertos, o que não me impede de fazer o cultivo diário desta Casa, porque aqui virei buscar, permanentemente, a fonte de inspiração para corresponder à confiança do Presidente Itamar Franco.

Minhas palavras de convite para a posse amanhã, às 11h horas, no gabinete do Presidente da República, para a transmissão do cargo e, às 17h30min, no Edifício do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo representam o maior preito de agradecimento e homenagem a todos os Colegas que integram as bancadas de todos os partidos do Senado da República.

Para encerrar, quero, neste momento, reafirmar, na força do meu ideal, na convicção da minha sinceridade, uma palavra de solidariedade permanente ao Presidente Itamar Franco. No período inicial em que aqui me coloquei a favor do Governo, buscando a governabilidade, tive momentos que me conduziram ao convívio pessoal com o Presidente da República. Não fui colega de Sua Excelência nesta Casa. Do Presidente sei de alguns atos e de participações em várias fases do processo legislativo.

Conheci Sua Excelência no exercício da Presidência da República e hoje quero proclamar aqui, de público, que no momento em que me invisto da responsabilidade de Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, sou um dedicado e fiel companheiro do Presidente Itamar Franco.

Neste instante, manifesto aos meus queridos Pares do Senado da República a certeza de que vou trabalhar denodadamente, para que o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo dê ao Presidente da República a sua parcela de colaboração; para que possamos, ao término da jornada, dizer que o Senado da República, da força viva da solidariedade que ora estou recebendo, fez-se presente, dando ao Presidente, não só o apoio necessário à governabilidade, mas, sobretudo, a convicção de que este Senado da República, onde estão presentes figuras que exornam a vida pública brasileira, em nenhum momento da vida nacional faltou com seu compromisso de dignidade. Nos vários processos que aqui ocorreram, o Senado disse "presente", de forma afirmativa, patriótica e profundamente correta para com os destinos do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência de nos aceitar além do horário. A todos os Colegas aqui representados e reunidos, diria, simplesmente, que o que ouvi hoje eleva a convicção de que, cada vez mais, tenho que ser humilde em razão dos designios de Deus. No momento em que deixo esta tribuna, só peço que Deus me proteja sempre, como o fez até hoje, porque, às vezes, as tarefas, aparentemente fáceis, são as mais difíceis. Aos meus queridos e fraternos amigos do Senado da República, gostaria de afirmar que, onde estiver, cada um estará muito perto de mim.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras Suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.*

*Durante o discurso do Sr. Elcio Alvares, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 5, DE 1994

**Dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da saúde de seus empregados e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os empregadores, públicos ou privados, têm responsabilidade suplementar na promoção da saúde de seus empregados e obrigação social e civil de protegê-los contra riscos à saúde no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos danos causados à saúde do trabalhador, decorrentes de negligência, imprudência ou inobservância das normas legais pertinentes à higiene, segurança e saúde no trabalho, responderão penalmente pelo crime tipificado no art. 132 do Código Penal.

Art. 2º Os empregadores poderão organizar ou contratar serviços de saúde de terceiros como forma de suplementar os serviços de saúde proporcionados pelo Sistema de Saúde — SUS.

§ 1º É facultado ao empregado utilizar ou aderir aos planos de saúde suplementares oferecidos pelo empregador.

§ 2º A participação do empregado no custeio dos planos de saúde suplementares oferecidos pelo empregador fica limitada a 5% (cinco por cento) do valor total de sua remuneração mensal.

Art. 3º O ambiente de trabalho deve ser protegido contra os riscos à saúde e à segurança no trabalho, cabendo aos empregadores a adoção das seguintes medidas de proteção coletiva e individual:

I — proporcionar o acesso aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores da categoria respectiva, bem como aos integrantes das CIPA, ou à Comissão de Saúde da própria empresa aos locais de trabalho para avaliação das condições de salubridade, em especial a observação das normas de higiene, segurança e saúde no trabalho, inclusive para acompanhar a fiscalização do Ministério do Trabalho;

II — informar a unidade de saúde do SUS mais próxima ao local de trabalho e ao órgão do Ministério do Trabalho, a relação das matérias-primas, produtos químicos e outros agentes utilizados no processo produtivo, bem como as atividades que possam representar qualquer risco à saúde dos empregados, da população, e ao meio ambiente;

III — realizar programas de formação em prevenção à saúde do trabalhador, vinculados à sua atividade profissional e às condições do trabalho que desenvolve;

IV — fornecer Equipamento de Proteção Individual — EPI;

V — informar à Delegacia Regional do Trabalho a ocorrência de agravos, doenças ou sintomas constantes que acometem os seus empregados;

VI — atuar em colaboração com os órgãos públicos no cumprimento das políticas públicas de saúde, higiene e segurança no trabalho;

VII — elaborar plano, que será submetido ao órgão do Ministério do Trabalho até o dia 31 de dezembro de 1994, para redução gradativa da insalubridade e sua extinção nos locais de trabalho, devendo sua execução não ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos;

Art. 4º Constitui crime, punível com a pena prevista no art. 146 do Código Penal, ameaça de demissão ou de qualquer outra punição contra o empregado que se negar a realizar exame não exigido legalmente, em especial o de gravidez, quando se tratar de empregado mulher.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena a que se refere este artigo, o empregador que, ao contratar empregado, exige exame não previsto em lei.

Art. 5º O adicional de insalubridade pago aos trabalhadores será calculado com base no total de sua remuneração mensal.

Art. 6º É vedado aos serviços de saúde da empresa, próprios ou conveniados, o controle de faltas ao trabalho, bem como a exclusividade na dimensão dos respectivos atendidos.

Art. 7º O Ministério Público do Trabalho é competente para investigar e denunciar os ilícitos trabalhistas decorrentes da não observância das normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho nos termos do art. 83 da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993.

Art. 8º Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da categoria, inclusive em questões administrativas e judiciais, podendo atuar na condição de substitutivo processual, quando o objeto da ação se referir à saúde, higiene e segurança no trabalho.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará o disposto no art. 3º desta lei no prazo de sessenta dias.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O projeto de lei que ora apresentamos pretende dar um novo sentido à política de proteção à saúde, higiene e segurança do trabalhador, definindo de maneira mais clara as responsabilidades do empregador.

As empresas devem ter uma obrigação social para com seus empregados e para com a sociedade como um todo. No Brasil são mais de quinhentos mil trabalhadores vitimados por acidentes de trabalho em cada ano, o que representa uma tragédia para milhares de famílias.

As despesas com saúde e previdência representam milhões de dólares de gastos para os cofres da União. Esta situação precisa mudar e ser amenizada.

A prevenção ainda é o melhor caminho, por isso a necessidade de adoção de medidas objetivas que tragam uma melhoria substancial das condições de trabalho no Brasil.

A negligência e a irresponsabilidade empresarial não podem ser premiadas com a impunidade. Neste sentido, procuramos responsabilizar aqueles que agirem de forma criminosa ensejando riscos à saúde do trabalhador e acidentes nos locais de trabalho.

Na certeza de contarmos com o apoio de nossos pares, submetemos a matéria para apreciação e deliberação do Congresso Nacional, com o acréscimo substancial de outras sugestões que possam ajudar a enfrentar o problema de saúde no trabalho.

Sala das sessões, 24 de janeiro de 1994. — Senador Jutahy Magalhães.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais).

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N° 30, DE 1994

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada ao Ministério das Minas e Energia a seguinte solicitação de informações:

1. Quais as informações que o Ministério já tem sobre as dimensões da fraude em que estão envolvidas as empresas distribuidoras de gás?

2. Que medidas já foram efetivamente tomadas pelo Governo para determinar os responsáveis pela fraude, puni-los e recuperar o prejuízo?

3. Que medidas o Governo já tomou para conter o contrabando de gás nas fronteiras?

4. Se as fraudes já perduram por mais de 20 anos e se os prejuízos para a nação são tão volumosos, por que impera tal clima de certeza de impunidade que até o sindicato das distribuidoras admite abertamente a existência da fraude?

5. Em maio passado o Governo tomou a decisão de não mais pagar os fretes que excedessem à quota de dois quilos por pessoa por mês, o que fez cair para US\$45 milhões mensais as despesas com frete do gás de cozinha e combustível líquido. Sabe-se, no entanto, que a fraude continua. Que outras medidas o Governo pretende tomar para reduzir ainda mais as fraudes?

6. Sabe-se que o Departamento Nacional de Combustíveis sofreu completa desestruturação no Governo Collor. Que pretende o Ministério fazer para dotar o DNC de condições de fiscalizar efetivamente o setor e evitar que fraudes vergonhosas como a das distribuidoras perdurem por anos a fio até que uma circunstância fortuita leve à sua apuração?

Justificação

Num momento delicado de nossa história nacional, em que escândalos sucessivos vêm denegrindo a imagem que nós brasileiros temos de nosso País, é imprescindível que todos os esforços sejam enviados para que o escândalo das fraudes perpetradas pelas distribuidoras de gás seja totalmente apurado. Temos o dever de identificar os responsáveis, puni-los e recuperar o prejuízo. Mas não é só isso. Precisamos dotar nossas instituições de condições de fiscalizar todas as atividades que envolvam o uso do dinheiro público. Para tanto, precisamos aperfeiçoar a legislação e fortalecer os órgãos de fiscalização.

O presente requerimento de informações visa justamente subsidiar o Congresso Nacional no seu papel fiscalizador. E para que o Congresso possa cumprir sua parte no processo

de saneamento de nossa sociedade, requeiro com urgência as informações acima relacionadas.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 1994. — Senador Jutahy Magalhães

REQUERIMENTO N° 31, DE 1994

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada ao Ministério da Agricultura a seguinte solicitação de informações:

1 — Edital de licitação para o transporte de arroz do Estado de Goiás para o Nordeste, em atendimento ao "Programa Contra a Fome";

2 — Relatório(s) da(s) Comissão(ões) de Licitação de Transporte de arroz do Estado de Goiás para o Nordeste, da partida ou de todas as partidas;

3 — Razões da opção pelo transporte de arroz não beneficiado;

4 — Índice de quebra do produto quando do beneficiamento;

5 — Estimativa do custo de transporte adicional por ter se transportado o arroz com casca;

6 — Volume de arroz transportado

Local de origem

Local de destino

Forma de pagamento (vista/prazo)

Valor do pagamento (unitário/total)

Tarifa (CR\$/t/Km)

Nome da Pessoa física/jurídica que venceu a licitação

7 — Responsabilidade da Conab frente ao Programa Contra a Fome.

Justificação

No momento em que as instituições públicas buscam mais rigor no trato da aplicação de recursos, mister se torna maior transparéncia dos órgãos do Governo que tratam com programas destinados ao combate à fome no país.

O requerimento de informações ora apresentado insere-se no âmbito da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, constitucionalmente definida, que, no presente caso, demonstra-se imprescindível para que se consiga um adequado e efetivo equilíbrio entre as ações públicas e o exercício da livre iniciativa privada.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 1994. — Senador Jutahy Magalhães

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso II do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO N° 32, DE 1994

Nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238/92, que "disciplina o inciso XII, in fine, do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências", além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para opinar conforme art. 103, VIII do Regimento Interno.

Brasília — DF, 24 de janeiro de 1994. — Senador Irapuan Costa Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 413, de 19 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o reajuste das mensalidades escolares, no mês de agosto de 1993.

De acordo com as indicações das lideranças e, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Divaldo Suruagy	PMDB
Flaviano Melo	Mansueto de Lavor
Odacir Soares	PFL
Affonso Camargo	PPR
Eva Blay	PSDB
José Paulo Bisol	PSB
Eduardo Suplicy (PT)	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Paes Landim	BLOCO
Paulo Lima	Mauro Fecury
João Henrique	PMDB
Ronivon Santiago	PPR
Osmânia Pereida	PSDB
Euclides Mello	PRN
Diogo Nomura	PL
	Zé Gomes da Rocha
	Maria Valadão
	José Abrão
	Wellinton Fagundes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24-1-94 — Designação da Comissão Mista;

Dia 25-1-94 — Instalação da Comissão Mista;

Até 25-1-94 — Prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 4-2-94 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 19-2-94 — Prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — A Presidência dispensa, na sessão de hoje, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

A apreciação dos Requerimentos nºs 25 e 26, de 1994, lidos no Expediente, fica adiada.

**O SR. JÚTAHY MAGALHÃES** — Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, gostaria de pedir a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exº a palavra.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB — BA) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, renovo aqui um apelo a essa Mesa para solicitar do Governo e, principalmente, do Ministério da Fazenda resposta a um requerimento de informações que apresentei em novembro. Os prazos já estão esgotados e eu não teria razão para aqui solicitar outra providência, senão que V. Exº, por intermédio da Presidência desta Casa, encaminhe novamente a pretensão para que seja respondido esse pleito.

Sei, como V. Exº sabe, que o nosso companheiro, Ministro Fernando Henrique Cardoso tem o maior interesse em atender as solicitações desta Casa. Talvez o atraso dessa resposta esteja no segundo ou terceiro escalão do Ministério.

Por isso, solicito que seja lembrado ao Executivo a necessidade de resposta a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — A Mesa diligenciará junto ao Ministério da Fazenda, buscando resposta ao requerimento de V. Exº

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Aureo Mello — Eduardo Suplicy — Flaviano Melo — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Jarbas Passarinho — João França — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Sarney — Jutahy Magalhães — Juvêncio Dias — Lourival Baptista — Ronan Tito — Valmir Campelo.

**O SR. AUREO MELLO** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. AUREO MELLO** (PRN — AM) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há dias, tive o ensejo de denunciar uma verdadeira conspiração que se está fazendo contra a Zona Franca de Manaus, através de emendas apresentadas à Constituição, visando reformá-la e prejudicar aquela medida legal que tantos benefícios traz a minha terra.

Sr. Presidente, custo a acreditar, mas é o empresariado sulista que está contra a região. Eles não pensam no progresso do Norte e nem do Brasil. Pensam apenas nos ganhos individuais e das suas empresas, que precisam asfixiar a Zona Franca para que possam prosperar melhor no seu entender. Eles são contra toda espécie de incentivo para aquela região nortista. No entanto, são favoráveis a incentivos às suas áreas, como aqueles da informática, do porto de outros grandes Estados que se vinculam principalmente ao Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, o Brasil não tem problema cambial. Daí a razão de nós, da Zona Franca, termos o direito de importar produtos e material que venham depois a ser revendidos para o resto do Brasil. O desenvolvimento industrial da Zona Franca do Amazonas é alguma coisa de fantástico. Cresceu, organizou-se, é eficiente e está servindo a todo o País. Isso causa um sentimento de inveja, e é a inveja um dos sentimentos mais malsãos e deletérios, capazes de destruir pessoas e instituições, como tem acontecido ao longo da história do Brasil.

O projeto da Zona Franca deu certo porque foi, antes de tudo, um projeto militar. Foi um projeto apresentado pelo

Presidente Castello Branco e vem sendo mantido e sustentado principalmente pelas nossas Forças Armadas, que compreendem que o progresso do Amazonas é a garantia da defesa brasileira contra as proclamadas investidas de potências do exterior.

Daí os senhores militares serem donos da gratidão de todos os amazonenses; são eles, sem dúvida, o grande sustentáculo da Zona Franca de Manaus e das áreas lindéiras do Brasil com países estrangeiros.

O projeto da Zona Franca deu certo porque, até 1990, para cada dólar importado, a Zona Franca comprava 4 dólares em São Paulo. No Brasil, as importações hoje são livres, dando oportunidade a que todos os Estados lucrem e tenham vantagens decorrentes dessas importações.

O projeto do Governo beneficiou toda a área com a abertura das importações. Agora, são os usineiros de São Paulo os sonegadores que procuram prejudicar a área da Zona Franca; são os fabricantes de açúcar que emitem notas fiscais para Rondônia e o açúcar não chega lá. É contra esses homens que temos de estar vigilantes e de atalaia, porque essas pessoas colocam o lucro e a vantagem material acima dos interesses da Nação e dos interesses da Pátria. Os sonegadores vêm prejudicando realmente a Amazônia, com financiamentos continuados que eles têm junto ao Banco do Brasil, e esquecem que a Zona Franca de Manaus não lhes vai prejudicar de maneira nenhuma, porque não é através dos nossos incentivos que eles vão ser prejudicados nos incentivos que reivindicam.

Existem, na Câmara, Deputados como José Serra — para ser direto e objetivo —, que fazem campanha, na Revisão Constitucional, para derrubar o art. 40 das Disposições Constitucionais Transitórias, que beneficia a grande gleba verde. E esses Deputados não compreendem que o Brasil é um só grande País unificado, parte de uma Federação — nem é de uma confederação — em que cada Estado deve procurar ajudar o outro, fazendo com que o progresso atinja de maneira uniforme todas as parcelas do grande todo que é esta Nação, igualitária no seu idioma e no seu patriotismo.

Sr. Presidente, mais uma vez venho a esta tribuna, como pretendo vir muitas e muitas vezes, denunciar essa conspiração que visa prejudicar a Zona Franca e apelar ao Poder Legislativo, através do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou seja, através do Congresso Nacional, para que não dê acolhida a um alude de emendas que já existem e visam prejudicar e alterar aquilo que está estatuído para a Zona Franca.

O projeto da Zona Franca de Manaus deu certo. Foi, antes de tudo, um projeto patriótico, militar. E é graças aos militares que, para cada dólar importado, temos a retribuição em dólar comprado em São Paulo ou nos grandes Estados industrializados do Brasil.

Concluímos, Sr. Presidente, dizendo que o problema do Brasil não é de balança comercial. Exportamos o dobro daquilo que importamos; e a importação que porventura se fizer na área da Amazônia é legítima, porque tem a finalidade de acrescentar a uma região praticamente desértica, embora coberta de vegetação e de grandes rios.

Vamos à luta sob o comando da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA —, para dar ao País, através da Zona Franca da Manaus, mais força e mais potência para o bem de todos os brasileiros.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** — Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

**O SR. JOÃO FRANÇA (PP — RR)** — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, de acordo com o estudioso italiano de Ciência Política Norberto Bobbio, o Estado possui três poderes essenciais: o poder coercitivo, o poder jurisdicional e o poder de tributar.

Neste breve pronunciamento, desejo comentar apenas um desses aspectos, precisamente o poder de fixar e cobrar impostos.

Nos últimos tempos, em face da crise vivida pelo Estado brasileiro, de modo particular em relação à pequena disponibilidade de recursos, são freqüentes as declarações de homens públicos, afirmando que é necessário um corajoso ajuste fiscal ou, emergencialmente, para dar condições de funcionamento à máquina pública, aumentar impostos. Uma grita geral levanta-se quando o Governo anuncia a intenção de criar novos impostos.

Em minha opinião, a grita tem sentido, pois, no Brasil, há uma certa tendência a enfrentar os problemas apelando tão-somente para a lei do menor esforço. Há uma resistência bastante forte contra o enfrentamento vigoroso das questões desagradáveis; ou melhor, fala-se muito e demoradamente sobre as questões desagradáveis, mas ações concretas para solução real dificilmente são conduzidas até o fim.

No caso dos impostos, sabe-se que existe sonegação, a Receita Federal conhece-lhe os mecanismos, porém prefere-se recorrer ao aumento dos tributos a cortar os caminhos da sonegação.

Recentemente, o jornal *Correio Braziliense*, em editorial, assim se expressou: "Sempre que minguam recursos nas burras do Erário a tendência dos governos, pelo menos no Brasil, é compensar os deságios por meio de algum artifício tributário, como ocorreu em data recente com a instituição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, o mal-sinado IPMF". O jornal continua, afirmando que é evidente que a "pessoa física no Brasil não tem chances virtuais de burlar o Fisco, eis que as rendas do trabalho são gravadas na fonte. Embora se saiba que a eficiência no processo arrecadador depende do dinamismo da Receita Federal, pouco ou quase nada se faz no sentido de garantí-lo", conclui o jornal.

O Estado brasileiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, executa o poder de impor tributos, porém despreocupa-se da justiça na cobrança.

O Estado multiplicou os impostos. No Brasil, pagam-se impostos em tudo e por tudo. Existem impostos explícitos e implícitos, embutidos, específicos, por tempo determinado e compulsórios, que não voltam mais. Impostos da União, impostos dos Estados, dos Municípios. Pagam-se tributos para trabalhar, para servir, para produzir, vender, comprar, transportar e consumir.

A multiplicidade de impostos e sua disseminação por todos os setores da vida econômica e social do cidadão são métodos seguros para que se abram caminhos para a injustiça fiscal via sonegação e corrupção, de modo particular em um país como o Brasil, onde a estrutura de controle fiscal ainda não possui instrumentos adequados e ágeis para a execução plena de suas tarefas.

Esforços têm sido feitos pelo Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, ao longo de 1993, graças ao que, no último mês de setembro, a arrecadação ultrapassou 4,1 bilhões de dólares contra uma média de 3,9 bilhões recebidos pelo Tesouro nos meses anteriores. Esse desempenho foi re-

sultado das medidas adotadas para melhorar o acompanhamento e a fiscalização contra fraudadores contumazes.

No entanto, essas iniciativas são ainda insuficientes. É preciso que o sistema tributário passe por uma profunda simplificação para maior eficiência e justiça e até como melhor maneira para reduzir a sonegação.

Alguns princípios básicos devem ser implementados com decisão e, nesse sentido, faço um apelo veemente ao Sr. Ministro da Fazenda.

Primeiro, é inadiável uma campanha intensa contra a sonegação fiscal, desenvolvendo o sentido de cidadania do imposto e punindo rápida e severamente os sonegadores. Tenho certeza de que a impunidade é uma das grandes causas que favorecem a sonegação.

Segundo, é necessária uma simplificação do sistema tributário brasileiro, de tal forma que o povo saiba o que realmente está pagando, para que o Governo, devidamente aparelhado com equipamento e recursos humanos, reduza drasticamente as formas utilizadas para evasão fiscal. Nesse contexto, o imposto único merece estudos aprofundados e, talvez, seja o caminho bom para o Brasil.

Em terceiro lugar, não há necessidade de aumentar alíquotas ou taxar outros itens, muito menos penalizar ainda mais os assalariados; é suficiente simplificar, alargar a base dos contribuintes e não dar trégua aos fraudadores.

Com essas iniciativas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho certeza, o Estado não se tornará ilegítimo pela corrupção da faculdade essencial de impor tributos, mas se constituirá instrumento da justiça que, na sua essência, deve ser igual para todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o art. 37 de nossa Constituição estabelece claramente os pilares sobre os quais deve se sustentar a administração pública. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. No entanto, infelizmente, temos comprovado nos últimos tempos que grande parte das ações do poder público vem sendo ditada pela corrupção, pela desídia ou pela incompetência. Governo passou a ser, em certa medida, sinônimo de ineficiência e de improbidade. Essa visão deformada tem origem na incidência de incontáveis casos de ações ilegais ou imorais praticadas por ocupantes de funções públicas, a começar por um ex-Presidente da República, acusado de ter-se mancomunado com um bando de achacadores e de exploradores de prestígio.

O § 1º do art. 37 diz que:

“A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

Como é do conhecimento dos integrantes desta Casa, tal dispositivo nasceu como forma de evitar o verdadeiro festival de autopromoção que ocorreu durante os anos 70, quando ocupantes de cargos no governo ou empresas estatais usavam e abusavam do dinheiro farto, à época, para produzir revistas, jornais e matérias publicitárias nas quais se autoglorificavam.

A situação chegou a tal descalabro que qualquer autarquia ou empresa possuía jornais e revistas coloridas em que abundavam fotografias de seus chefes do momento. Era, é claro, apenas mais um sintoma da ditadura: todos os que estavam ao lado dos poderosos podiam tudo. Assim foram forjadas muitas das “lideranças políticas” dos governos militares. Assim fizeram nome muitos dos que vieram depois a integrar a chamada elite tecnoburocrática. Havia dinheiro farto, sim. Dinheiro pelo qual já pagamos muito e que ainda estamos pagando até hoje.

O referido dispositivo constitucional veio, portanto, para coibir os abusos e teve sucesso. Paralelamente, a penúria na qual o País ingressou nos anos oitenta efetivamente contribuiu para reduzir a autopromoção dos administradores públicos. No entanto, no intuito de aperfeiçoar ainda mais este mecanismo, estou sugerindo, agora na Revisão Constitucional, que se altere o parágrafo acima transcrito. Sua nova redação seria:

“A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades de administração pública deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

O meu objetivo, como se vê, é estender o controle que hoje se tem sobre a administração direta às empresas estatais, fundações e autarquias. É inaceitável que num país com carências tão acentuadas, como o Brasil, ocupantes de cargos no governo ou nas empresas a ele ligadas se autopromovam com o dinheiro que falta para o atendimento de necessidades básicas, especialmente nos campos da educação, da saúde e da segurança.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, orientação semelhante tem a alteração que proponho, na Revisão Constitucional que ora se inicia, ao § 9º do art. 14. Esse artigo, como se sabe, estabelece no seu *caput* que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Seu § 9º diz:

“Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração pública direta ou indireta.”

Na emenda que estou apresentando à consideração dos ilustres Congressistas, sugiro a inclusão — depois da palavra “contra” — da expressão a “improbidade dos candidatos”.

Ninguém pode negar que, eleição após eleição, aumentam os casos de abuso do poder econômico. Cresce, a cada pleito, o número de parlamentares eleitos basicamente pela força do dinheiro. No entanto, existe um esforço da nossa sociedade no sentido da moralização dos costumes políticos. Por exemplo, a nova lei que regula a propaganda no rádio e na televisão teve como objetivo evitar que os mais ricos pudessem, só com a produção de programas melhor editados, vencer seus opositores. A verdade é que sempre haverá espaço para esse tipo de manipulação dos resultados, mas precisamos lutar contra ele.

Acho que a proibição do abuso por parte daqueles que exercem cargos ou funções públicas — o que comumente se chama de “uso da máquina” — também foi uma atitude correta. Infelizmente, na cultura política brasileira temos uma anti-

ga tradição de uso e abuso dos cargos públicos para proveito pessoal, para caçar votos, para cultivar simpatias.

Tentando aperfeiçoar estes mecanismos, sugeri que se incluísse também a expressão "improbidade do candidato". Com ela, desejo que se faça, na lei complementar que tratar do assunto, uma verdadeira devassa na vida dos que postulam cargos públicos. Ou seja, penso que se deve, por exemplo, verificar as declarações de renda dos últimos cinco anos de cada um dos candidatos. Julgo ser indispensável que se abra o sigilo de suas contas bancárias, a fim de verificar a origem do dinheiro que recebeu nos cinco últimos anos. Da mesma forma, deve-se fazer uma pesquisa nos cartórios de imóveis e nas delegacias de trânsito para checar se os imóveis e os veículos que possui conferem com sua declaração de bens. Considero indispensável também uma pesquisa nos arquivos policiais das cidades pelas quais passou o candidato a mandato eletivo. Por fim, penso que se deveria verificar, no mínimo, as mesmas fontes com relação a seu cônjuge.

Dessa forma — acredito eu — podemos evitar, no nascê-douro, as situações que estamos desvendando ao longo desta dolorosa CPI do Orçamento, com parlamentares confessando crimes fiscais, vacilando quanto a seu patrimônio e suas operações bancárias, não explicando a fonte de seus recursos e deixando claro que exploraram o prestígio que lhe confere um mandato popular.

Temos hoje, felizmente, os meios necessários para efetuar tais devassas. A verdade é que a informática facilitou a descoberta de falcatacas. O mundo, a cada dia, torna-se menor para os falsários e para os desonestos.

Para encerrar, Sr. Presidente, peço a atenção dos meus ilustres Colegas para essas duas pequenas emendas que têm, no entanto, um grande alcance. Penso que devemos manter luta sem trégua contra a corrupção e contra a improbidade. Esse foi o meu objetivo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUTAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:**

Dê-se ao § 1º do art. 37 a seguinte redação:

“§ 1º — A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades da administração pública deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos.”

**Justificação**

Acrescenta-se a palavra “entidades da administração pública” para indicar que estas também estão sujeitas ao princípio.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há uma questão ligada ao desenvolvimento regional com rebatimento no processo de desenvolvimento nacional e que tem sido objeto de observações e preocupações ao longo de toda a minha vida pública. Trata-se da constatação de que se consolida no Estado de Pernambuco um núcleo produtor de componentes e autopeças que, certamente, poderá se firmar, em

futuro próximo, como célula geradora de mais um pólo produtor para o setor automobilístico nacional.

Quero ressaltar os resultados alcançados por empreendimentos que vêm evoluindo, ano após ano, com benefícios econômicos e sociais para o Estado de Pernambuco e para a região Nordeste.

Exemplo concreto neste sentido nos é apresentado pela unidade industrial da Autolatina que está localizada na Região Metropolitana do Recife, no município de Jaboatão dos Guararapes, produzindo chicotes elétricos e molas helicoidais, para automóveis e caminhões e saturando mais de 50 milhões de dólares/ano.

Foi criado, com essa unidade, um mercado para aquisição de materiais e serviços junto a mais de 950 fornecedores da região. Dentre estes, destaca-se a fábrica de Acumuladores Moura, exemplo de competência empresarial e orgulho para Pernambuco, e que só no período 1992 a 1993, expandiu sua oferta de produtos à Autolatina de 8 mil baterias para 75 mil, com incremento em um ano, de 837,5%.

A Acumuladores Moura, já há alguns anos, exporta seus produtos de alta qualidade para mercados exigentes como os Estados Unidos, e possui duas unidades industriais situadas no município de Belo Jardim nas proximidades do Porto de Suape, no município de Ipojuca.

A Phillips do Brasil, é outra Organização que possui unidade industrial em Pernambuco e que contém em sua linha de produção, itens como faróis para veículos.

Como se percebe, o processo de constituição de um núcleo produtor de componentes e autopeças já contempla hoje, em Pernambuco, indústrias de porte e credibilidade que prenunciam a inexorável solidificação deste projeto.

Além dessas empresas, cujos desempenhos aqui citamos, por estarem com suas atividades voltadas diretamente para a concretização deste projeto, existem diversas outras empresas integrantes dos setores metal-mecânico e eletro-eletrônico, ai incluídos os produtores de programas lógicos (**software**) e também os produtores de equipamentos (**hardware**), que poderão contribuir de forma marcante para a consolidação deste pólo produtor alternativo, no setor automobilístico.

Numa visão prospectiva que poderá se efetivar bem antes do que se imagina, é de fundamental importância se vislumbrar a evolução do pólo produtor de componentes e autopeças, para a implantação de linhas de montagem à semelhança do que já ocorreu, com sucesso, com o primeiro pólo alternativo produtor de veículos no Brasil, em Betim (Minas Gerais), que vem se afirmando ano após ano, como caso de grande sucesso. Em Pernambuco, não será diferente têrilo convicção.

Possuímos no Estado um núcleo universitário reconhecido e acatado em todo o Brasil, exemplo patente de competência, organização e seriedade na formação de especialistas.

De outra parte, a Escola Técnica Federal do Recife e o SENAI são instituições cujas experiências agrégadas ao longo de anos, na formação e desenvolvimento de mão-de-obra especializada, constituem garantia adicional de provimento de recursos humanos habilitados.

Neste particular, cabe lembrar que as próprias indústrias se constituem em grandes alavancas de aperfeiçoamento dos níveis de qualificação com consequente valorização do nosso trabalhador.

Mais uma vez recorremos ao exemplo da Autolatina que, só em 1992, investiu em mais de onze mil horas de treinamento técnico e operacional para os seus funcionários, além dos benefícios sociais que se estendem desde o transporte, alimen-

tação subsidiada, assistência médica ao funcionário e seus dependentes, serviço social, plano de pecúlio e complementação de aposentadorias, educação básica, dentre outros.

No campo da geração de empregos, cabe ainda lembrar que só em 1993, de janeiro a novembro, a Autolatina em Pernambuco expandiu o seu quadro de pessoal de 942 funcionários para 1354.

Além dos aspectos anteriormente tratados, é importante salientar a questão locacional de Pernambuco, que se situa praticamente no centro geográfico da região Nordeste, o que facilitará sobremaneira o processo de distribuição da produção.

Outra vantagem importante constitui-se na oferta de infra-estrutura não só industrial, mas também de serviços públicos e particularmente a disponibilidade dos portos de Suape integrado a um Distrito Industrial compondo o complexo portuário-industrial de Suape e o Porto do Recife. Estes portos poderão certamente se constituir em canais de escoamento externo da produção. A consolidação de um pólo estruturador da indústria automobilística está dentre as aspirações e reivindicações antigas, que certamente não poderão ser entendidos sob a ótica de uma manifestação regionalista, mas antes numa percepção maior das necessidades de desenvolvimento nacional.

O Nordeste necessita urgente e decisivamente de projetos alavancadores do desenvolvimento econômico e social.

O mercado brasileiro de automóveis aponta para o ano 2000 uma produção de cerca de 2 milhões de veículos por ano, hoje quase integralmente produzidos em São Paulo e Minas Gerais. O Nordeste, com cerca de 12% deste mercado consumidor, poderá e até deverá participar com parcela desta produção.

Sinto-me também no dever de reconhecer os méritos a empreendedores, como o Dr. Pierre de Smedt, Presidente da Autolatina, que se tem constituído com seu descortino, em notável estimulador deste pólo de produção e geração de um núcleo de suporte à consolidação de um braço de indústria automobilística no Nordeste, elegendo Pernambuco nas suas prioridades de investimentos, e que juntamente com o empresário Edson Moura, Presidente da Acumuladores Moura, sintetizam a capacidade da iniciativa privada de gerar alternativas de produção, e criação de benefícios sociais, em uma circunstância de dificuldades.

Não menos importante e também digno do nosso enaltecimento, é a capacidade de absorção de novas técnicas produtivas que o trabalhador pernambucano tem demonstrado, patenteando o seu valor, conforme o atesta Dr. Antônio S. Vicente de Queirós, gerente-geral da Autolatina em Pernambuco.

Não poderia também deixar de registrar o apoio e a participação importante do Governo do Estado de Pernambuco, à frente o Governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, dirigida pelo Secretário Celso Steremberg e a AD-DIPER, sob o comando do Professor Jocildo Bezerra, os quais, através do Fundo Cresce Pernambuco, têm estimulado a produção industrial no nosso Estado.

Considero também de fundamental importância a ação da SUDENE, tendo à frente o novo Superintendente, General Nilton Rodrigues, para a consolidação de um pólo produtor da indústria automobilística em Pernambuco, a partir da base disponível.

Por fim, Sr. Presidente, esperamos que a Revisão Constitucional se constitua em oportunidade para, no capítulo de Ordem Econômica, identificarmos e implementarmos novas formas de promoção do nosso desenvolvimento.

**OSR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária da próxima quarta-feira a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único; do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

— 2 —

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão: — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 3 —

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1993 (nº 2.863/92, na Casa de origem), que veda o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor da conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 1993, da Comissão: — de Assuntos Econômicos.

— 4 —

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 6, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão: — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 5 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 6 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 12, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1993 (nº 177/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo a Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federal do Brasil e o Governo de Hong Kong, em Hong Kong, em 6 de setembro de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 402, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 7 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 13, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1993 (nº 194/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 403, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 8 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 14, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1993 (nº 219/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Cheques, concluída em Montevidéu, em 8 de maio de 1979, durante o II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 9 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 19, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1993 (nº 228/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, celebrada em Montevidéu, em 15 de julho de 1989, na Quarta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP — IV), tendo

Parecer favorável, sob nº 405, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 10 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 21, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto Decreto Legislativo nº 21, de 1993, (nº 227/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Regime Legal das Procurações para Serem Utilizadas no Exterior, concluída em 30 de janeiro de 1975, na cidade do Panamá, tendo

Parecer favorável, sob nº 406, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 11 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 23, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1993 (nº 225/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além assinado em Brasília, em 11 de agosto de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 407, de 1993, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 12 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 1, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.

— 13 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO** Nº 159, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 159, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 510, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Realeza (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A — BANESTADO, no valor de quatorze milhões e setecentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana.

— 14 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO** Nº 160, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 160, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jesuítas (PR) a contratar

operação de crédito junto ao Bando do Estado do Paraná S/A. — BANESTADO, no valor de vinte e um milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

— 15 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 161, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 161, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 512, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Mônica (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. — BANESTADO, no valor de dez milhões de cruzeiros reais, para execução de projetos de infra-estrutura urbana, naquele município.

— 16 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1994**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. — BANESTADO, no valor de treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais, destinados a obras de infra-estrutura urbana naquela Municipalidade.

— 17 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1994**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1994), que autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. — BANRISUL, no valor total de oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.

— 18 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, na Casa de origem), que fixa a jornada de trabalho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

— 19 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria

cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Económicos)

— 20 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL  
Nº 125, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18h35min.)*

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 10 DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.119/94-0 resolve nomear PATRÍCIA NOURA DE MORAES REGO GUIMARÃES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Eduardo.

Senado Federal, 21 de janeiro de 1994. **Manuel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 11, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.121/94-4 resolve nomear JANETE ALMEIDA DO NASCIMENTO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Eduardo.

Senado Federal, 21 de janeiro de 1994. **Manuel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 12, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.167/94-4, resolve exonerar ALCEU ALVES PASSOS do cargo em comissão de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador José Eduardo, a partir de 19 de janeiro de 1994.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1994 **Manuel Nascimento Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral

<b>MESA</b>	<b>LIDERANÇA DO PMDB</b>	<b>Vice-Líder</b>
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Can pelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	<b>LIDERANÇA DO PDT</b> Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS		<b>LIDERANÇA DO PRN</b>
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	<b>LIDERANÇA DO PSDB</b> Líder Mário Covas	Líder Ney Maranhão
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	<b>LIDERANÇA DO PFL</b>	<b>LIDERANÇA DO PP</b>
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	Líder Marco Maciel	Líder Irapuan Costa Júnior
<b>Suplentes de Secretário</b>	Vice-Líderes Odacir Soares	<b>LIDERANÇA DO PPR</b>
Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	<b>LIDERANÇA DO PSB</b> Líder José Paulo Bisol	Líder Epitácio Cafeteira
<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	<b>LIDERANÇA DO PTB</b> Líder Jonas Pinheiro	Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amin Moisés Abrão
Líder Pedro Simon		<b>LIDERANÇA DO PT</b> Líder

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA \_ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

**Titulares**

		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marco Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

**PSDB**

Evá Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões - Ramal 4315			

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)  
Presidente: Beni Veras  
Vice-Presidente: Lourival Baptista

**Titulares**

		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Saboia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surugay	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Garibaldi A. Filho  
Márcio Lacerda  
Vago

RN-4382/92  
MT-3029

Iram Saraiva  
Vago  
Vago

GO-3133/34

**PFL**

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

**PTB**

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			

**PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia Telefone: Secretaria: 3515/16/4354/3341 Sala de reuniões: 3652. Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas. Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa			

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: João Rocha  
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

**Titulares**

		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

**PFL**

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dário Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74
		PTB		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Louemberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
		PDT				Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546	
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40				
		PRN				COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI	
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Melio	MS-4215/18 AM-3091/92			(23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho	
		PDC					
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04				
		PDS					
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Titulares		Suplentes	
		PP				PMDB	
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
		PT/PSB					
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Álvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PFL
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344							
		COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
		(19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas					
Titulares		Suplentes					
		PMDB					
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldo A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72
		PFL				PTB	
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rolemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Louemberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63
		PSDB				PDT	
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
		PTB				PRN	
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
		PDT				PDC	
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
		PRN				PDS	
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
		PP				PP	
		Secretário: Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Sénador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286					

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: Valmir Campelo  
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinlan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Íram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Josaphat Marinho  
Marco Maciel  
Álvaro Pacheco  
Raimundo Lira  
Bello Parga

BA-3173/74  
PE-3197/98  
PI-3085/86  
PB-3201/02  
MA-3069/72

Almir Gabriel  
Eva Blay  
Teotônio V. Filho

PA-3145/46  
SP-3119/20  
AL-4093/94

**PFL**

**PSDB**

Dario Pereira	RN-3098/99
Odacir Soares	RO-3218/19
Francisco Rolemberg	SE-3032/33
Carlos Patrício	TO-4058/68
Henrique Almeida	AP-3191/92

Beni Veras	CE-3242/43
Mário Covas	SP-3177/78
José Richa	PR-3163/64

<b>PTB</b>			
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

**PDC**

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**Secretaria: Mônica Aguiar Inocente**

**Ramais: 3496/3497**

**Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas**

**Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121**

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... CR\$ 3.620,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... CR\$ 3.620,00

J. avulso ..... CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991  
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

## HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

## COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*  
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnaldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moerman y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luis Afonso Heck*

---

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

## COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*

Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Viana*

A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnaldo Wald*

A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*

A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*

Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Controle parlamentar da administração – *Odebre Medauar*

Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*

O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sávio de Figueiredo Teixeira*

Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*

Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*

A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*  
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edvaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – Dr. Daniel E. Moeremans

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M. Loza Navarrete*

## PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas – Senado  
Federal – Anexo I, 22º andar –  
Praça dos Três Poderes, CEP  
70160-900 Brasília, DF. Telefо-  
ones 311-3578 e 311-3579.

## PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

# CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento  
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

---

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:  
Dispõe sobre o Estatuto da Criança  
e do Adolescente, e dá outras  
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança  
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento  
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições  
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º  
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160  
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e  
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.